

**DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA  
DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA (EM CONFORMIDADE COM A LEI  
FEDERAL 10.881/2004)**



**Nome Completo**

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Agência das Bacias PCJ.

**Número do CNPJ**

11.513.961/0001-16

**Natureza Jurídica**

Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

**Endereço/telefone**

Rua Alfredo Guedes, 1949, Sala 604, Edifício Racz Center, Bairro:  
Higienópolis, CEP: 13416-901, Piracicaba, SP – Brasil  
Fone: (19) 3437-2100

**Endereço da página institucional na Internet**

[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

[www.comitepcj.sp.gov.br](http://www.comitepcj.sp.gov.br)



## I - ROL DE RESPONSÁVEIS

## ROL DE RESPONSÁVEIS



### **I - Dirigente máximo da Unidade Jurisdicionada e outros cargos diretivos da Fundação Agência das Bacias PCJ**

Relacionamos abaixo as pessoas diretamente responsáveis pelos recursos financeiros oriundos do Contrato de Gestão 003/ANA/2011:

#### **1) Cargo: Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ**

Nome: Barjas Negri

RG: 5.125.223

CPF: 611.264.978-00

Endereço Residencial: Rua Fernando Febeliano da Costa, 1645, Bairro dos Alemães, CEP 13416-253, Piracicaba, SP.

Período da responsabilidade: 01/01/2011 a 31/12/2011

#### **2) Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro**

Nome: Sérgio Razera

RG: 12.201.787-8

CPF: 015.929.298-00

Endereço Residencial: Rua Nossa Senhora de Lourdes, 117, Jardim Algodal, CEP 13405-405, Piracicaba, SP

Período da responsabilidade: 01/01/2011 a 31/12/2011

#### **3) Cargo: Diretora Técnica**

Nome: Adriana Angélica Rosa Vahteric Isenburg

RG: 9.389.142-8

CPF: 024.948.488-90

Endereço Residencial: Avenida Antonio C. de Sales Júnior, 66, Apto. 91,  
Jardim Proença, CEP 13100-410, Campinas, SP.

Período da responsabilidade: 01/01/2011 a 31/12/2011



  
**SÉRGIO RAZERA**  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**





## II - RELATÓRIO DE GESTÃO

# Fundação Agência das Bacias PCJ

Entidade delegatária de funções de Agência de Água nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí



## Relatório sobre a execução do contrato de Gestão nº 003/ANA/2011

**Período  
Ano de 2011**

**Dezembro de 2011**



## SUMÁRIO

<b>1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA:</b>	<b>3</b>
1.1. NOME COMPLETO:	3
1.2. NÚMERO DO CNPJ:	3
1.3. NATUREZA JURÍDICA:	3
1.4. ENDEREÇO/TELEFONES:	3
1.5. ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET:	3
1.6. NORMAS DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA:	3
1.7. NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGÂNICA NO PERÍODO DE GESTÃO:	5
<b>2. OBJETIVOS E METAS:</b>	<b>6</b>
2.1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL (ANA):	6
2.2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA:	6
<b>3. INDICADORES DE DESEMPENHO:</b>	<b>7</b>
3.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:	7
3.1.1. Disponibilização de Informações:	7
3.1.2. Planejamento e Gestão:	7
3.1.3. Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos:	7
3.1.4. Gerenciamento Interno:	7
3.1.5. Reconhecimento Social:	8
3.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS:	8
3.2.1. INDICADOR 1 – Disponibilização de informações:	8
3.3. PLANEJAMENTO E GESTÃO:	12
3.3.1. INDICADOR 2 – Publicação e Relatório:	12
3.4. COBRANÇA:	13
3.4.1. INDICADOR 3 – Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos:	13
3.5. GERENCIAMENTO INTERNO:	23
3.5.1. INDICADOR 4 – Gerenciamento Interno:	23
3.6. RECONHECIMENTO SOCIAL:	24
3.6.1. INDICADOR 5 – Reconhecimento Social:	24
3.7. COMUNICAÇÃO SOCIAL:	26
3.8. JUSTIFICATIVAS	27
<b>4. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÕES DETECTADAS</b>	<b>28</b>
<b>5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E RELEVANTES</b>	<b>29</b>
5.1. PROJETO CAPACITAÇÃO EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS 2011 - OFICINA PREPARATÓRIA:	29
5.2. PROCESSO DE SELEÇÃO DE EMPREENDIMENTO FEHIDRO E COBRANÇAS PCJ:	30
5.3. CBH/PAULISTA COMPLETOU 18 ANOS EM NOVEMBRO DE 2011:	30
5.4. 20 ANOS DA LEI DAS ÁGUAS:	32
5.5. PRÊMIO COFEHIDRO 2010:	34
5.6. PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA/MG É VENCEDORA DO 10º PRÊMIO FURNAS OURO AZUL:	35
5.7. PROJETO DO PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE EXTREMA/MG GANHA PRÊMIO MELHORES PRÁTICAS EM GESTÃO LOCAL DA CAIXA:	37
5.8. DIRETORIA DA AGB-DOCE ESTEVE NA FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ	38
5.9. SOLICITAÇÃO DE DESEQUIPARAÇÃO DO CONSÓRCIO PCJ COMO AGÊNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI	39
<b>6. COMPROVAÇÃO DOS RESULTADOS:</b>	<b>41</b>





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

## 1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA:

### 1.1. Nome Completo:

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí –  
AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

### 1.2. Número do CNPJ:

11.513.961/0001-16.

### 1.3. Natureza Jurídica:

Fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de constituição.

### 1.4. Endereço/telefones:

**AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ:** Rua Alfredo Guedes, 1949 – Higienópolis – Piracicaba / SP – Brasil. CEP: 13416-901 - Edifício Racz Center – Sala 604 - Fones: (19) 3437-2100.

### 1.5. Endereço da página institucional na Internet:

[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

[www.comitepcj.sp.gov.br](http://www.comitepcj.sp.gov.br)

### 1.6. Normas de Criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada:

Norma de criação - estatuto social.

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ), constituída em 05 de novembro de 2009, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de constituição. A sede e foro da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ reside na cidade Piracicaba e tem área de atuação nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Bacias PCJ) e com seu prazo de duração indeterminado.



**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, em sua Resolução nº 111 de 13 de Abril de 2010, como entidade delegatária de funções de Agência de Água das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, e em 2011, com a interveniência dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, firmou o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 com a Agência Nacional de Águas – ANA, nos termos da Lei Federal nº 10.881 de 06 de junho de 2004, visando o exercício das funções de competência de Agência de Água nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

Ressalta-se que a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estruturas técnicas e administrativas de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, capacitados para tanto.

A estrutura organizacional é dividida em: Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal. O regime jurídico do pessoal é o da legislação trabalhista (CLT) e a contratação de empregados, salvo para as funções de confiança definidas no Regulamento Interno, é precedida de concurso público, nos termos da Constituição Federal.

Tem, ainda, como princípio de atuação o seguimento das diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos COMITÊS PCJ, da mesma forma que a sua gestão apresenta a composição paritária tripartite entre o Estado, os Municípios e a Sociedade Civil, com direito a voz e voto de todos os seus membros.

É função da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ proporcionar o apoio financeiro aos planos, programas, serviços e obras aprovadas pelos COMITÊS PCJ, a serem executados nas Bacias PCJ; promover a capacitação de recursos humanos para o planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, de acordo com programa aprovado pelos COMITÊS PCJ; apoiar e incentivar a educação ambiental e o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o uso racional dos recursos hídricos; incentivar, na área de sua atuação, a articulação dos participantes dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos com os demais sistemas setoriais, com os municípios, com o setor produtivo e com a sociedade civil; e praticar, no campo dos recursos hídricos, ações que lhe sejam delegadas ou atribuídas pelos detentores do domínio de águas públicas.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ não distribui lucros, dividendos ou quaisquer outras vantagens a seus instituidores, mantenedores ou dirigentes e emprega toda a renda auferida no cumprimento das suas finalidades.

Os recursos destinados ao custeio de pessoal e das atividades desenvolvidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ são providos anualmente pela ANA, oriundos da cobrança federal pelo uso de recursos hídricos dos rios Atibaia, Camanducaia, Jaguari





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

e Piracicaba, conforme determinado no Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 e, também, até 10% das arrecadações pelo uso de recursos hídricos nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, provenientes da cobrança paulista.

Destacamos que a participação do Estado de São Paulo na AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ foi autorizada pelo art. 1º, da Lei nº 10.020, de 03/07/98, sendo dispensada qualquer outra formalidade legal para que ele integre a entidade.

**1.7. Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão:**

Estatuto Social: Constituição da Fundação da Agência das Bacias PCJ – 05 de Novembro de 2009 - <http://www.agenciapcj.org.br/novo/estatuto.html>





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

## 2. OBJETIVOS E METAS:

### 2.1. Identificação do Programa Governamental (ANA):

Programa: 1107 – Pró-bacias

Contrato (Contrato de Gestão): nº 003/ANA/2011.

### 2.2. Descrição do Programa:

O Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 celebrado entre a ANA e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ), com a interveniência dos Comitês PCJ em 27 de Janeiro de 2011, tem por objeto o alcance pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, das metas constantes no Programa de Trabalho, Anexo I, do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, no exercício das funções de Agência de Água nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

O Programa de Trabalho contempla o detalhamento dos objetivos estratégicos, metas e resultados a serem alcançados pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, mensurados por meio de indicadores de desempenho.

A área de atuação da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ é a bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Jundiá e Capivari envolvendo os Estados de São Paulo e de Minas Gerais, numa extensão territorial de 15.320 km<sup>2</sup>. As Bacias PCJ abrangem áreas territoriais de 76 municípios, dos quais 62 possuem sede municipal dentro destas bacias hidrográficas. Destes, 58 estão no Estado de São Paulo e quatro em Minas Gerais.



**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

### **3. INDICADORES DE DESEMPENHO:**

#### **3.1. Critérios de Avaliação:**

##### **3.1.1. Disponibilização de Informações:**

Esse indicador tem como objetivo disponibilizar informações atualizadas dos Comitês PCJ, da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), nas Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ, assim como as médias de acessos mensais às páginas eletrônicas dos Comitês PCJ e da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

##### **3.1.2. Planejamento e Gestão:**

Esse indicador tem por finalidade a publicação anual de dados técnicos sobre a situação da gestão dos recursos hídricos das bacias PCJ em relação aos aspectos quantitativos, qualitativos, cadastro, cobrança, outorgas, dentre outros, com a verificação dos indicadores construídos para o acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos e com subsídios para os órgãos gestores.

Este indicador incluía também o relatório com subsídios para as ações de regulação nas bacias aos órgãos gestores quanto ao cadastramento de usuários, à fiscalização dos usos, operação dos reservatórios, arrecadação e repasse dos valores da cobrança, porém, em 2011, conforme Ofício nº 01/2011/CACG-ANA não será exigido o citado relatório.

##### **3.1.3. Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos:**

O indicador acima tem como objetivo desenvolver metas progressivas visando maior eficiência na aplicação do valor repassado pela ANA à AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ e proporcionar o aumento da aplicação de recursos externos em ações voltadas para a melhoria dos recursos hídricos. Esse indicador visa ainda alocar os recursos financeiros com a finalidade de atingir as metas progressivas, objetivando a eficiência administrativa da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ na execução das ações previstas no Plano de Aplicação.

##### **3.1.4. Gerenciamento Interno:**

Com esse indicador busca-se verificar o atendimento da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, nas datas previstas anualmente: da apresentação do relatório de gestão, da prestação de contas, do registro do extrato do demonstrativo financeiro do D.O.U., do encaminhamento da previsão de receitas para o ano seguinte sobre a aprovação do termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 pelos Comitês PCJ para o ano



subsequente.

### **3.1.5. Reconhecimento Social**

No âmbito desse indicador procura-se avaliar, pelos Membros dos Comitês PCJ, as atividades exercidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ considerando os aspectos técnicos e administrativos e, ainda, aumentar a inserção do tema “Gestão de Recursos Hídricos” nos órgãos de imprensa ou na mídia das bacias PCJ, por meio de reportagens e artigos, espaços para divulgação de notícias e elaboração de programa (com ou sem parcerias) sobre temas específicos.

A cada INDICADOR estão associados seus correspondentes sub-indicadores e metas, conforme apresentado nas planilhas a seguir. Aos sub-indicadores estão associados pesos, estabelecidos como indicação de sua relevância para o indicador correspondente. As metas estão associadas aos sub-indicadores, de maneira que, em função do desempenho conseguido e pesos atribuídos a cada sub-indicador, obtém-se uma nota final para o desempenho dos respectivos indicadores. O que permite definir uma nota final para o desempenho da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ em cada indicador.

Essa estrutura está demonstrada nas planilhas que constituem o Anexo I do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, e permite que seja estabelecido um conceito para o desempenho conseguido em cada indicador, dependendo da nota calculada, sendo considerado: Ótimo (nota maior ou igual a 9); Bom (nota entre 7 e 8,99); Regular (nota entre 5 e 6,99) e Insuficiente (nota menor que 5).

## **3.2. Análise dos resultados alcançados:**

### **3.2.1. INDICADOR 1 – Disponibilização de informações:**

#### **3.2.1.1. Indicador 1A. – Conteúdo Disponibilizado e Atualizado:**

#### ***Dados Institucionais dos Comitês PCJ***

Os dados institucionais dos Comitês PCJ, o mecanismo de funcionamento das Câmaras Técnicas, características das bacias PCJ, Decreto de Criação, Regimento Interno e suas alterações, Composição, Deliberações, Moções e Atas de reuniões e outros materiais, encontram-se disponíveis para consulta no site [www.comitepcj.sp.gov.br](http://www.comitepcj.sp.gov.br), opção Comitês PCJ.

#### ***Dados Institucionais da Fundação Agência das Bacias PCJ***

Os dados institucionais da Fundação Agência das Bacias PCJ, tais como: resolução de delegação, estatuto e suas alterações, associados, estão disponíveis nos links a



**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

seguir:

- Resolução de Delegação:

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/CNRH\\_111\\_2010.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/CNRH_111_2010.pdf)

- Estatuto: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/estatuto.html>

### ***Cadastro de Usuários***

A relação de usuários cadastrados no CNARH em todos os domínios com: nome, coordenadas geográficas, usos, corpo d'água estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, no menu "Instrumentos de Gestão", sub-menu "Outorga e Cadastro".

- Pode, também, ser acessado pelo Link:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/outorga-e-cadastro.html>

### ***Cobrança e Arrecadação***

Dados relacionados à cobrança e a arrecadação, no período de 2011, tais como: valores cobrados, arrecadados e transferidos para a entidade delegatária e, anualmente, para os rendimentos financeiros, estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, no menu "Instrumentos de Gestão", sub-menu "Cobrança pelo uso da água", as informações serão visualizadas da seguinte forma: por arrecadação acumulada, arrecadação efetiva por setor, arrecadação por Estado, arrecadação por Município e arrecadação por Usuário.

- Pode ser acessado pelo Link:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/cobranca-pelo-uso-da-agua.html>

### ***Aplicação de Recursos – Estudos e Projetos - Investimentos na Bacia***

Estudos e projetos sobre a bacia, inclusive, o Plano de Recursos Hídricos em vigência. No ano de 2011 a previsão de recursos arrecadados com a cobrança federal, cobranças estaduais paulista e mineira nas bacias PCJ, somadas aos recursos do FEHIDRO para Investimento resultou num montante de R\$ 42.926.220,40.

Os empreendimentos indicados pelos Comitês PCJ, em 2011, podem ser consultados no site dos Comitês PCJ, através das Deliberações dos Comitês PCJ nº 104/2011, nº 111/2011, nº 117/2011, nº 119/2011, nº 124/2011, nº 125/2011 e nº 137/2011.

- As aplicações dos recursos podem ser acessadas pelo Link:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/cobranca-pelo-uso-da-agua/46-aplicacao-de-recursos-empresendimentos-contemplados.html>

- Quanto ao Plano das Bacias PCJ, 2010 a 2020 poderá ser acessado pelo link

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/plano-de-bacias.html>

### ***Sistema de Informações - Monitoramento Hidrometeorológico - Situação e Operação dos Reservatórios***



O instrumento de gestão, Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos previsto na Legislação Federal, na Lei Nacional das Águas (nº 9.433/97), incorpora um sistema onde as informações sobre recursos hídricos são coletadas, tratadas, armazenadas e recuperadas para serem publicadas.

Atualmente as Bacias PCJ contam com um sistema de monitoramento online sobre dados de chuvas e vazão, que são gerados pela divisão de hidrologia/SAISP do DAEE CTH/FCTH, e também o monitoramento online da situação dos reservatórios do Sistema Cantareira.

As informações e os dados das estações de **monitoramento hidrometeorológico** com tipo, coordenadas geográficas, corpo d'água e operador, bem como o **boletim de monitoramento anual dos reservatórios das Bacias PCJ** podem ser obtidos no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ no menu "Instrumentos de gestão", submenu "Sistemas de Informações".

- Pode ser acessado pelos Links:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/sistema-de-informacoes.html>

### ***Legislação de Recursos Hídricos***

É possível encontrar no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, bem como no site dos COMITÊS PCJ toda a base legal que subsidia a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, além das Políticas Estaduais (São Paulo e Minas Gerais), Política Nacional de Recursos Hídricos, Deliberações, Decretos e Resoluções pertinentes sobre recursos hídricos, cobrança pelo uso de recursos hídricos, Comitês e gestão de recursos hídricos no âmbito das bacias PCJ.

- Todas as informações citadas podem ser encontradas nos links:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/legislacoes.html>

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>> Legislação >> Resumo Comitês PCJ

### ***Contrato de Gestão***

Por tempo determinado, através do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, firmado em 24 de janeiro de 2011 com a Agência Nacional de Águas (ANA), a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, vem exercendo as funções de Agência de Água, previstas nos artigos Nº 41 e Nº 44 da Lei Federal nº 9.433/97, prestando apoio técnico, administrativo e financeiro para o bom funcionamento dos Comitês PCJ. A cada ano o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 recebe um termo aditivo com as metas a serem executadas e cumpridas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ naquele determinado período. O contrato prevê inicialmente que a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ exerça as funções de Agência de Água como entidade delegatária pelo período de dez anos.

- O Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 pode ser acessado pelo Link:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao.html#contrato-003-11>



**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

### 3.2.1.2. Indicador 1B. – Consultas às Páginas Eletrônicas:

No ano de 2011, computaram-se os acessos mensais totais dos sites dos Comitês PCJ e da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. Com o auxílio do banco de dados de acesso ao site, foi possível ter acesso e visualizar a média de acessos mensais às páginas eletrônicas dos respectivos sites.

Lembramos que os acessos são computados uma vez, ou seja, se uma pessoa acessa o site dos Comitês PCJ ou da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ mais de uma vez ao dia, será computado somente um acesso.

#### ***Acessibilidade à Página***

No ano de 2011, a administração e a atualização do site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ continuaram realizados de forma conjunta com a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (DAEE-SP) e a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ para manutenção do site. As informações de acessibilidade podem ser obtidas através dos Links:

- Estatística de acessos ao site dos Comitês PCJ:

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/estat-site-cbh-pcj\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/estat-site-cbh-pcj_2011.pdf)

- Estatística de acessos ao site da Fundação Agência das Bacias PCJ:

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/estat-site-fundacao-pcj\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/estat-site-fundacao-pcj_2011.pdf)

#### **Média de Acessos Mensais às Páginas**

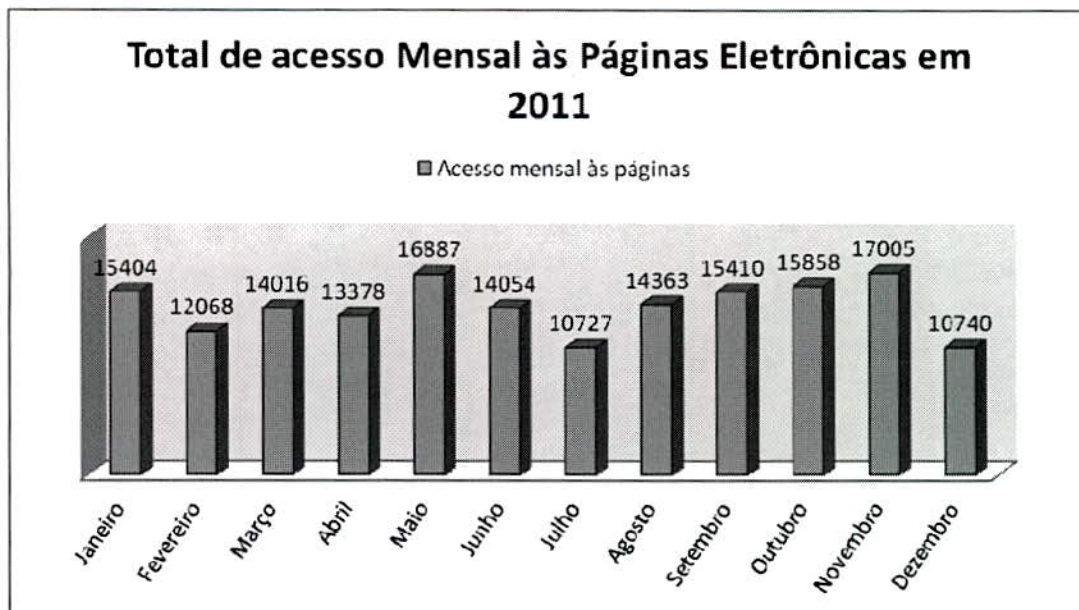
Com auxílio do banco de dados de acesso ao site, foi possível visualizar e contabilizar a média mensal de acessos ao site das páginas dos Comitês PCJ e da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. Todas as informações podem ser acessadas no site ou pelo Link:

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/resumo-sites\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/resumo-sites_2011.pdf)





**Figura 01 – Acesso mensal às páginas eletrônicas – 2011:**



Fonte: Banco de Dados da Agência de Água PCJ/ Comitês PCJ (2011).

### **3.3. Planejamento e Gestão:**

#### **3.3.1. INDICADOR 2 – Publicação e Relatório:**

##### **3.3.1.1. Indicador 2A.– Publicação sobre a situação das bacias PCJ**

No tocante à questão da elaboração de relatórios descrevendo as condições dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ, cabe destacar que por iniciativa da Coordenadoria de Recursos Hídricos da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo iniciou-se em 2007 um processo de implantação de alterações metodológicas para os Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos para todo o estado de São Paulo, de acordo com propostas do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH).

Além de criar um padrão para todas as Bacias Hidrográficas do território paulista, pretende-se ter produtos com maior comparabilidade. Foi proposta a adoção de uma metodologia de Avaliação Ambiental Integrada, com base na Matriz FPEIR (Força-Motriz, Pressão, Estado, Impactos e Resposta) e de um conjunto mínimo de indicadores. Na ocasião, a Coordenadoria inovou também ao coletar e disponibilizar por Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) os dados para parte dos indicadores propostos.

Para o Relatório de 2011 (ano base 2010) o mesmo processo foi adotado com ativa



**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

participação da Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ e apoio da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. O documento foi analisado e aprovado pelos Comitês PCJ por meio de sua Deliberação nº 134/2011 e encontra-se publicado no site dos Comitês PCJ e da Agência PCJ

- Link do Relatório de Situação:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/2a-situacao-bacias-pcj.pdf>

Ainda assim, tendo em vista o atendimento das especificações do Indicador 2.A do Contrato de Gestão, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ elaborou levantamento acerca da Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ e da Gestão dos Recursos Hídricos, visando a implementação futura de um sistema reunindo tais informações. A Publicação sobre a Situação das Bacias PCJ com os dados obtidos com o referido levantamento encontra-se disponibilizado na *internet* no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

- Os resultados, todas as informações e itens do indicador 2.A estão disponíveis e podem ser acessados pelo Link:

<http://www.agenciapcj.org.br/download/PublicacaoBaciasPCJ.pdf>

#### 3.3.1.2. Indicador 2B. – Relatório com Subsídios para Ações de Regulação nas Bacias PCJ:

Conforme Ofício nº 01/2011/CACG-ANA, de 01 de junho de 2011, o Relatório com Sugestões para Ações de Regulação nas Bacias PCJ **não será exigido** para o exercício de 2011.

- Link do Ofício nº 01/2011/CACG-ANA:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/oficio-cacg-ana-1-2011.pdf>

### **3.4. Cobrança:**

#### **3.4.1. INDICADOR 3 – Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos:**

##### 3.4.1.1. Indicador 3.A – Valor desembolsado sobre o valor transferido pela ANA (%):

A partir do ano de 2011, a Fundação Agência das Bacias PCJ assumiu as funções de Agência de Água para as Bacias PCJ, desse modo, a tabela 2 apresenta todos os valores necessários para a verificação do percentual efetivamente desembolsado até 31/12/2011, de forma cumulativa

Ressaltamos que o percentual apurado foi de 48,41% de recursos desembolsados. Porém, este percentual refere-se à somatória de 33,16 % referente o ano 2010, para a qual o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

exercia as funções de Agência de Águas PCJ, com 15,25 % referente o ano 2011, sendo neste a função de Agência de Águas PCJ exercida pela Fundação Agência das Bacias PCJ.

Ressaltamos que as metas estabelecidas para este indicador estão sendo revistas na proposta de aditamento do Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas – ANA, para o ano de 2012. Informamos que esta revisão foi aprovada pelos Comitês PCJ e encontra-se em tramitação no jurídico com a ANA.

Os recursos desembolsados, em 2011, somente foram possível, devido a um árduo trabalho da Equipe Técnica da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, principalmente, em função de um trabalho quase diário junto às Gerencias Regionais de Desenvolvimento Urbano e Rural (GIDUR'S) da Caixa Econômica Federal e dos Tomadores, uma vez que a Caixa ainda utiliza para os nossos contratos as mesmas práticas burocráticas que utiliza para os Contratos com Recursos do Orçamento Geral da União (OGU), transferência voluntária.

Cabe lembrar que, de forma inédita, para a Caixa Econômica Federal, os contratos de repasse das Bacias PCJ, trazem novas cláusulas de rompimento do contrato para o caso do não cumprimento de prazos para a assinatura do contrato e início da licitação dos serviços. Destacamos, ainda, a incorporação dos valores obtidos por rendimentos financeiros no período.

As tabelas 1 e 2 exibem os valores referentes a arrecadação, a aplicação e o desembolso do período contratual.



**Agência das Bacias PCJ**

Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
www.agenciapcj.org.br



Tabela 01:

Valores de arrecadação e aplicação referente ao ano de 2010 – Consórcio PCJ – Agência de Água PCJ:

ANO	ARRECAÇÃO				APLICAÇÃO					DESEMBOLSO
	COBRANÇA	RENDIMENTOS	SALDO ANT	TOTAL	INVESTIMENTOS	LICITADO	GESTÃO	CUSTEIO	TOTAL	
2006	10.166.779,37	405.414,95	197.830,33	10.770.024,65	9.263.953,95	8.969.728,31	859.246,94	737.566,94	10.860.767,83	9.995.241,42
2007	13.599.321,85	1.322.359,22	-90.743,18	14.830.937,89	10.644.884,68	7.319.386,58	2.181.977,00	1.086.217,32	13.913.079,00	6.426.957,29
2008	17.038.837,82	2.585.485,71	917.858,89	20.542.182,42	13.558.429,93	11.008.837,89	618.985,91	1.483.170,92	15.660.586,76	5.902.063,90
2009	16.955.757,89	3.063.268,68	4.881.595,66	24.900.622,23	18.236.530,97	17.499.057,12	1.681.469,76	1.531.795,23	21.449.795,96	4.099.855,55
2010	17.556.783,42	4.024.991,40	3.450.826,27	28.688.070,32	23.640.474,86	23.640.474,86	1.325.088,56	1.617.049,73	26.582.613,15	2.334.653,31
<b>TOTAL</b>	<b>75.317.480,35</b>	<b>11.401.519,96</b>	<b>0,00</b>	<b>86.719.000,31</b>	<b>75.344.274,39</b>	<b>68.437.484,76</b>	<b>6.666.768,17</b>	<b>6.455.800,14</b>	<b>88.466.842,70</b>	<b>28.758.771,47</b>
%	86,85	13,15	0,00	100,00	85,17	77,36	7,54	7,30	100,00	33,16

OBS: Situação em 26/01/2011



**Agência das Bacias PCJ**

Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
Fundacao@agenciapcj.org.br  
www.agenciapcj.org.br



Tabela 02:

Valores de arrecadação e aplicação  
referente ao ano de 2011 – Fundação  
Agência das Bacias PCJ – Agência de  
Água PCJ:

ANO	ARRECADAÇÃO				APLICAÇÃO					DESEMBOLSO
	COBRANÇA	RENDIMENTOS	SALDO ANT	TOTAL	INVESTIMENTOS	LICITADO	GESTÃO	CUSTEIO	TOTAL	
2010	56.901.712,86		1.495.319,62	58.397.032,48	51.188.550,12	49.605.638,49	1.178.949,05	0,00	50.784.587,54	0,00
2011	16.523.988,84		7.612.444,94	24.136.433,78	18.271.170,97	18.271.170,97	2.767.621,99	1.328.277,15	22.367.070,11	11.814.946,86
2012		4.069.349,03	1.769.363,67	5.838.712,70						
TOTAL	73.425.701,70	4.069.349,03	0,00	77.495.050,73	69.459.721,09	67.876.809,46	3.946.571,04	1.328.277,15	73.151.657,65	11.814.946,86
%	94,75	5,25	0,00	100,00	89,63	87,59	5,09	1,71	94,40	15,25

OBS: Situação em 31/12/2011





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

• Outras informações estão disponíveis e podem ser acessadas através do Link:  
<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/3a-arrecad-e-aplic-2011.pdf>

3.4.1.2. Indicador 3B. – Recursos das contrapartidas alavancados com recursos da cobrança (%):

As regras para hierarquização dos projetos estimulam a aplicação de recursos próprios dos tomadores (recursos adicionais) que foram aqui registrados como contrapartida oferecida.

Através da assinatura dos contratos referentes ao período de 2011, foi obtido em recursos adicionais um total de **R\$ 9.226.159,69**, conforme podemos observar na tabela a seguir, o que corresponde a exatamente **32,95%** do valor total dos projetos contratados em 2011 e **36,42%** do valor total de ações estruturais.

**Tabela 03: Relação de empreendimentos – Cobrança Federal**

RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - COBRANÇA FEDERAL/2011						
Nº	TOMADOR	EMPREENDIMENTO	COBRANÇA FEDERAL	CONTRA PARTIDA	TOTAL	% CONTR.
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias PCJ	Projeto regional voltado ao planejamento e gestão dos recursos hídricos - Macromedição no combate às perdas hídricas	R\$ 490.000,00	R\$ 0,00	R\$ 490.000,00	0,00%
2	Prefeitura Municipal de Iracemápolis	Execução do tronco coletor de esgoto - Residencial Flórida ao interceptor Jd. Luiz Ometto - Iracemápolis - SP	R\$ 526.236,95	R\$ 58.470,77	R\$ 584.707,72	10,00%
3	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Elaboração de Projeto Básico do sistema de afastamento e tratamento de esgoto no bairro isolado do "Juncal", no município de Sapucaí-Mirim/MG	R\$ 145.165,35	R\$ 4.489,65	R\$ 149.655,00	3,00%
4	SABESP	Elaboração do projeto executivo do coletor-tronco Caxambú no município de Itupeva	R\$ 319.123,95	R\$ 35.458,22	R\$ 354.582,17	10,00%





Agência das Bacias PCJ



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - COBRANÇA FEDERAL/2011						
Nº	TOMADOR	EMPREENDIMENTO	COBRANÇA FEDERAL	CONTRA PARTIDA	TOTAL	% CONTR.
5	SABESP	Prestação de serviços de engenharia consultiva para revisão do projeto executivo da Estação de Tratamento de Esgotos de Pinhalzinho, ETE PINHALZINHO, e redimensionamento da EEE, para o atendimento aos requisitos legais e ambientais – município de Pinhalzinho – Unidade de Negócio de Tratamento de Esgotos da Metropolitana – Diretoria Metropolitana – M.	R\$ 285.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 300.000,00	5,00%
6	SABESP	Prestação de serviços de engenharia consultiva para elaboração do projeto executivo de ampliação e adequação da Estação de Tratamento de Esgoto de Nazaré Paulista, ETE NAZARÉ – Unidade de Negócio de Tratamento de Esgotos da Metropolitana – Diretoria Metropolitana – M.	R\$ 270.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 300.000,00	10,00%
7	CODEN – Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa	Troca de rede de água tratada do Jd. Santa Rosa e Bela Vista no município de Nova Odessa	R\$ 3.536.771,56	R\$ 884.192,89	R\$ 4.420.964,45	20,00%
8	SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A	Setorização com implantação de válvula redutora e monitoramento de vazão com substituição de redes e ramais no Setor Jd. das Oliveiras	R\$ 2.247.666,39	R\$ 2.247.666,39	R\$ 4.495.332,78	50,00%
9	DAE Jundiáí	Aquisição de equipamento e realização de obras para implantação de setorização de redes de distribuição de água, zonas de pressão, distritos pitométricos, aquisição e instalação de macro medidores e VRP's, no município de Jundiáí, bacia do Rio	R\$ 1.182.429,96	R\$ 1.773.644,94	R\$ 2.956.074,90	60,00%



**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - COBRANÇA FEDERAL/2011						
Nº	TOMADOR	EMPREENDIMENTO	COBRANÇA FEDERAL	CONTRA PARTIDA	TOTAL	% CONTR.
		Jundiaí – GRUPOS 05 E 06				
10	<b>Prefeitura Municipal de Extrema</b>	Conservador das águas – Pagamento por Serviços Ambientais na sub-bacia do Rio Jaguari, de acordo com a Lei Municipal n.º 2100/2005	R\$ 1.195.000,00	R\$ 717.000,00	R\$ 1.912.000,00	37,50%
11	<b>SEMAE – Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba</b>	Substituição de redes de distribuição de água do Setor Elevado Vila Rezende	R\$ 2.460.092,76	R\$ 1.640.061,84	R\$ 4.100.154,60	40,00%
12	<b>Prefeitura Municipal de Iracemápolis</b>	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Iracemápolis – SP	R\$ 100.745,05	R\$ 11.193,90	R\$ 111.938,95	10,00%
13	<b>SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo</b>	Execução do Projeto de Macromedição com Fornecimento, Instalação, Aferição e Calibração de Medidores de Vazão, Sensores de Nível, Estações Pitométricas e Transmissão de dados com Telemetria e Automação	R\$ 838.653,50	R\$ 279.552,00	R\$ 1.118.205,50	25,00%
14	<b>SABESP</b>	Modelagem hidrodinâmica e sistema de diagnóstico de florescimentos de algas para as represas Jaguari/Jacareí	R\$ 1.500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 2.000.000,00	25,00%
15	<b>Prefeitura Municipal de Piracaia</b>	Plano Municipal de Saneamento do município de Piracaia	R\$ 106.366,22	R\$ 6.789,33	R\$ 113.155,55	6,00%
16	<b>Fundação Agência das Bacias PCJ</b>	Assistência ao Comitê PJ	R\$ 500.000,00	-	R\$ 500.000,00	0,00%





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - COBRANÇA FEDERAL/2011						
Nº	TOMADOR	EMPREENDIMENTO	COBRANÇA FEDERAL	CONTRA PARTIDA	TOTAL	% CONTR.
17	<b>SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo</b>	Construção da Estação Elevatória de Esgotos 3 no condomínio Marambaia	R\$ 3.067.919,28	R\$ 1.022.639,76	R\$ 4.090.559,04	25,00%
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>R\$ 18.771.170,97</b>	<b>R\$ 9.226.159,69</b>	<b>R\$ 27.997.330,66</b>	<b>32,95%</b>
<b>Total das Ações Estruturais</b>			<b>R\$ 15.054.770,40</b>	<b>R\$ 8.623.228,59</b>	<b>R\$ 23.677.998,99</b>	<b>36,42%</b>

Esta tabela também poderá ser acessada na página da Agência das Bacias PCJ através do link abaixo:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/3b-empreendimentos-2011.pdf>

3.4.1.3. Indicador 3C. – Agilidade na contratação das ações previstas no plano de aplicação:

Em 2011 foram assinados 16 contratos de repasse entre a Caixa Econômica Federal e os Tomadores de recursos. Os empreendimentos foram hierarquizados mediante **Deliberações dos Comitês PCJ nº 104/11, de 31/03/11, 119/11, de 29/07/2011 e 137/11, de 16/12/2011, conforme segue:**

- **Deliberação nº 104/11, de 31/03/11** - que "*Hierarquiza e indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, localizados nas bacias PCJ – Cobranças PCJ e do FEHIDRO, referentes ao exercício de 2011, e dá outras providências*".
- **Deliberação "Ad Referendum" dos Comitês PCJ nº 119/11, de 29/07/2011** - que cancela a indicação de empreendimentos e indica empreendimentos suplentes da Deliberação dos Comitês PCJ nº 117/11 para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas bacias PCJ – Cobranças PCJ e do FEHIDRO, referentes ao exercício de 2011, e dá outras providências.
- **Deliberação dos Comitês PCJ nº 137/11, de 16/12/2011** - altera a Deliberação dos Comitês PCJ nº 99/2010 que aprova a aplicação, como demanda induzida, de recursos da "Cobrança Federal PCJ", para atividades na área do CBH-PJ, tendo como tomador o Consórcio PCJ – exercício 2011.

Estes contratos teriam, de acordo com o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, o prazo de 90 dias após a hierarquização e indicação dos empreendimentos pelos



**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

Comitês PCJ para serem assinados.

Dessa forma do total de 16 (dezesesseis) contratos celebrados, foram devidamente assinados 15 (quinze) destes, num período não superior a 90 dias, implicando em uma eficiência administrativa da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ de 93,75 % na contratação das ações previstas no plano de aplicação de 2011.

Abaixo são apresentados os empreendimentos contratados no período de 2011 e os contratos assinados podem ser visualizados no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ através dos Links:

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.606-48\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.606-48_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.104-79\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.104-79_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/359.190-85\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/359.190-85_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.861-47\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.861-47_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.863-66\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.863-66_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.358-40\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.358-40_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/359.191-99\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/359.191-99_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.105-84\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.105-84_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.103-65\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.103-65_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.862-52\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.862-52_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357342-74\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357342-74_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.342-74\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.342-74_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.142-56\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.142-56_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.141-41\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.141-41_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.223-33\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.223-33_2011.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.143-60\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.143-60_2011.pdf)





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

**Tabela 04: Relação de Empreendimentos – cobrança Federal/ 2011**

RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - COBRANÇA FEDERAL/2011			
Nº	TOMADOR	EMPREENDIMENTO	DATA DE ASSINATURAS DOS CONTRATOS
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias PCJ	Projeto regional voltado ao planejamento e gestão dos recursos hídricos - Macromedição no combate às perdas hídricas	28/06/2011
2	Prefeitura Municipal de Iracemápolis	Execução do tronco coletor de esgoto - Residencial Flórida ao interceptor Jd. Luiz Ometto - Iracemápolis - SP	28/06/2011
3	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Elaboração de Projeto Básico do sistema de afastamento e tratamento de esgoto no bairro isolado do "Juncaí", no município de Sapucaí-Mirim/MG	29/06/2011
4	SABESP	Elaboração do projeto executivo do coletor tronco Caxambú no município de Itupeva	29/06/2011
5	SABESP	Prestação de serviços de engenharia consultiva para revisão do projeto executivo da Estação de Tratamento de Esgotos de Pinhalzinho, ETE PINHALZINHO, e redimensionamento da EEE, para o atendimento aos requisitos legais e ambientais – município de Pinhalzinho – Unidade de Negócio de Tratamento de Esgotos da Metropolitana – Diretoria Metropolitana – M.	29/06/2011
6	SABESP	Prestação de serviços de engenharia consultiva para elaboração do projeto executivo de ampliação e adequação da Estação de Tratamento de Esgoto de Nazaré Paulista, ETE NAZARÉ – Unidade de Negócio de Tratamento de Esgotos da Metropolitana – Diretoria Metropolitana – M.	29/06/2011
7	CODEN – Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa	Troca de rede de água tratada do Jd. Santa Rosa e Bela Vista no município de Nova Odessa	22/06/2011
8	SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A	Setorização com implantação de válvula redutora e monitoramento de vazão com substituição de redes e ramais no Setor Jd. das Oliveiras	27/06/2011
9	DAE Jundiá	Aquisição de equipamento e realização de obras para implantação de setorização de redes de distribuição de água, zonas de pressão, distritos pitométricos, aquisição e instalação de macro medidores e VRP's, no município de Jundiá, bacia do Rio Jundiá – GRUPOS 05 E 06	28/06/2011
10	Prefeitura Municipal de Extrema	Conservador das águas – Pagamento por Serviços Ambientais na sub-bacia do Rio Jaguari, de acordo com a Lei Municipal n.º 2100/2005	29/06/2011
11	SEMAE – Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba	Substituição de redes de distribuição de água do Setor Elevado Vila Rezende	24/06/2011



**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - COBRANÇA FEDERAL/2011			
Nº	TOMADOR	EMPREENDIMENTO	DATA DE ASSINATURAS DOS CONTRATOS
12	Prefeitura Municipal de Iracemápolis	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Iracemápolis – SP	28/06/2011
13	SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo	Execução do Projeto de Macromedição com Fornecimento, Instalação, Aferição e Calibração de Medidores de Vazão, Sensores de Nível, Estações Pitométricas e Transmissão de dados com Telemetria e Automação	22/06/2011
14	SABESP	Modelagem hidrodinâmica e sistema de diagnóstico de florescimentos de algas para as represas Jaguari/Jacareí	29/06/2011
15	Prefeitura Municipal de Piracaia	Plano Municipal de Saneamento do município de Piracaia	28/06/2011
16	Fundação Agência das Bacias PCJ	Assistência ao Comitê PJ	Não haverá contrato em função do tomador ser a própria Fundação Agência das Bacias PCJ.
17	SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo	Construção da Estação Elevatória de Esgotos 3 no condomínio Marambaia	Deliberado Pelos Comitês PCJ em julho de 2011. Contrato não assinado.

Esta tabela também poderá ser acessada na página da Agência das Bacias PCJ através do link abaixo:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/3c-empreendimentos-2011.pdf>

### 3.5. Gerenciamento Interno:

#### 3.5.1. INDICADOR 4 – Gerenciamento Interno:

##### 3.5.1.1. Indicador 4A. – Pontualidade quanto ao cumprimento das obrigações contratuais:

Com esse indicador busca-se verificar o atendimento da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, nas datas previstas anualmente: da apresentação do relatório de gestão, da prestação de contas, do registro do extrato do demonstrativo financeiro do D.O.U., do encaminhamento da previsão de receitas para o ano seguinte sobre a aprovação do termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 pelos Comitês PCJ para o ano subsequente.

Todos esses itens foram cumpridos nas datas limites estipuladas, portanto, essa meta foi cumprida. As informações e os documentos comprobatórios podem ser obtidos no



site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ no menu "RELATÓRIOS", submenu "Relatório de Gestão", "Indicador 4" ou pode ser acessado pelo Links:

- Ofício Agência PCJ nº 008/2011 – Encaminhamento do relatório anual de execução do contrato de gestão do exercício anterior – até 30 de março (protocolo Agência Nacional de Águas 28/01/2011, 15h49min);

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/1-oficio\\_pcj\\_008-2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/1-oficio_pcj_008-2011.pdf)

- Ofício Agência PCJ nº 015/2011 – Encaminhamento da prestação de contas anual dos gastos e receitas do exercício anterior – até 15 de fevereiro (protocolo Agência Nacional de Águas 14/02/2011, 06h44min);

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/2-oficio\\_pcj\\_015-2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/2-oficio_pcj_015-2011.pdf)

- Publicação do extrato da execução físico-financeira no D.O.U. – até 31 de março;

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/3-DOU\\_25-03-2011\\_1.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/3-DOU_25-03-2011_1.pdf)

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/3-DOU\\_25-03-2011\\_2.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/3-DOU_25-03-2011_2.pdf)

- Ofício Agência PCJ nº 121/2011 – Previsão de receita global para o ano subsequente – até 31 de março (protocolo Agência Nacional de Águas 06/05/2011, 08h41min);

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/4-oficio\\_pcj\\_121-2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/4-oficio_pcj_121-2011.pdf)

- Ofício Agência PCJ nº 428/2011– Encaminhamento da aprovação pelos Comitês PCJ do termo aditivo ao Contrato de Gestão para alocação de recursos para o ano subsequente – até 31 de março (protocolo Agência Nacional de Águas 26/12/2011, 11h38min.);

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/oficio-pcj\\_428-2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/oficio-pcj_428-2011.pdf)

### **3.6. Reconhecimento Social:**

#### **3.6.1. INDICADOR 5 – Reconhecimento Social:**

##### **3.6.1.1. Indicador 5A. – Avaliação dos membros dos Comitês PCJ:**

De acordo com o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 é necessário avaliar as atividades exercidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ durante o período. Para tal foi utilizada a metodologia de inferir por amostragem a satisfação ao Sistema de Gestão pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, conforme exposto no endereço:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/metodologia-pcj-2011.pdf>



Foram distribuídos, no dia 23 de setembro de 2011, durante a 6ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ Federal e CBH-PJ), na cidade de Camanducaia (MG), formulários de pesquisa, abrangendo tanto membros titulares e suplentes do Plenário dos Comitês PCJ, como membros titulares e suplentes em Câmaras Técnicas e convidados. Porém, para efeito de cumprimento das metas do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, foram considerados apenas os formulários preenchidos por membros titulares ou suplentes dos Comitês PCJ, totalizando 50 (cinquenta) questionários respondidos.

Para tratamento dos dados foi utilizado banco de dados em sistema Microsoft Excel no qual foram internalizados e processados os dados referentes à pesquisa. Através do processamento dos dados da pesquisa foi possível obter a nota final de 9,28 junto aos membros dos Comitês PCJ.

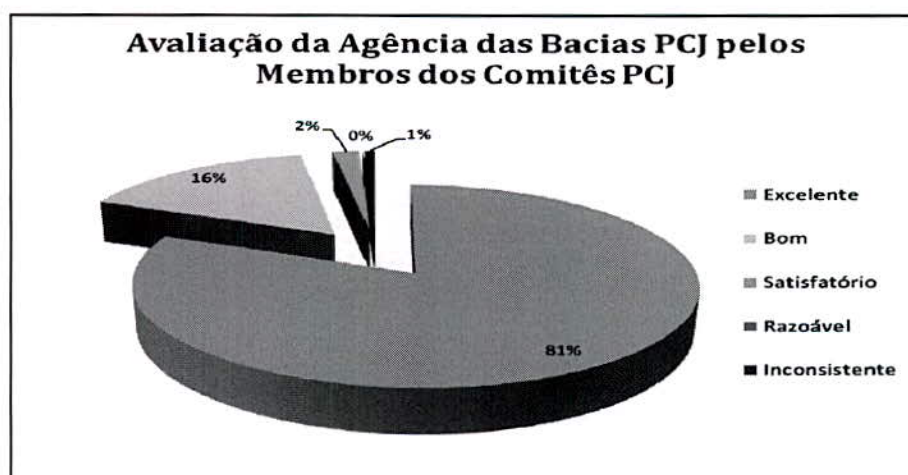
As informações sobre a Pesquisa com os membros dos Comitês PCJ e os Resultados da mesma podem ser obtidos no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ através do link abaixo:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/pesquisa-pcj-2011.pdf>

A compilação dos dados da pesquisa aplicada, resultado final, poderá ser acessada através do link abaixo no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/result-pesq-pcj-2011.pdf>

**Figura 02 – Gráfico com resumo da Pesquisa Aplicada**



Fonte: Fundação Agência das Bacias PCJ (2011)





### 3.7. Comunicação Social:

Durante o ano de 2011, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ produziu o Informativo Impresso Comitês das Águas, o Informativo Eletrônico (cujo nome em inglês foi adotado no país, a saber: *Newsletter*), produção de *press release* (material com informações relevantes enviados para a imprensa e a *clippagem* diária de jornais impressos e outros veículos, ou seja, a reunião de informações veiculadas em jornais, emissoras de televisão e rádios de Piracicaba, da região das Bacias PCJ e da região Sudeste.

Desse modo, apontamos os seguintes resultados coletados até o dia 31 de dezembro de 2011:

- a) Produção de 03 Informativos Impressos – Jan/Abr; Maio/Ago e Set/Dez.;
- b) Produção de 12 *Newsletters* - Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro. Sendo que durante os doze meses foram disponibilizadas informações no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ: [www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br) → Últimas Notícias. Durante os doze meses foi disponibilizado o seguinte número de matérias: janeiro (00); fevereiro (08); março (07); abril (04); maio (03); junho (09); julho (04); agosto (05); setembro (03); outubro (01); novembro (01) e dezembro (05);
- c) *Press releases* – Durante o ano de 2011, mensalmente foram produzidos *press release* para a imprensa. Sendo que a veiculação de tais informações é realizada através do site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. Os textos são da competência da Assessoria de Divulgação Institucional da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ que disponibiliza tais informações no site, encarregando-se ainda de pulverizar as mesmas informações nos veículos de comunicação. Mensalmente são produzidos em média de cinco *press releases*, totalizando em um ano cerca de 60 textos no formato eletrônico.
- d) Produção e Edição de Notícias (mediante envio de *press releases* e captação das informações pela mídia no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ). Durante o ano de 2011 foi executada a *clippagem* de matérias divulgadas (arquivo de matérias veiculadas nos meios de comunicação). Assim, durante os doze meses de 2011 apontamos que as notícias captadas nos jornais impressos de Piracicaba e região foram recortadas a fim de que o conteúdo das mesmas fosse avaliado. No final de cada mês foi produzido um relatório para resumir o conteúdo de cada matéria a fim de garantir a qualidade da informação disponibilizada pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. Durante os doze meses a *clippagem* captou a seguinte quantidade de matérias nos jornais de Piracicaba e região: janeiro (62); fevereiro (02); março (62); abril (41); maio (14); junho (30);





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

julho (24); agosto (13); setembro (23); outubro (37); novembro (32) e dezembro (21). Além disso, detectamos em meios diversos a veiculação de notícias sobre as Bacias PCJ – tanto em sites variados como em matérias de TV foram captadas vinte e cinco matérias sobre as Bacias PCJ. Totalizando, assim, uma somatória de 361 *clipagens*.

### **3.8. Justificativas**

As justificativas para os casos de não atendimento da meta estão descritas nos respectivos itens específicos anteriores.



**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

#### 4. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

Não foram registradas disfunções durante o processo.



**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

## 5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E RELEVANTES

### 5.1. Projeto Capacitação em Captação de Recursos 2011 - Oficina Preparatória

Os recursos financeiros investidos pelos Comitês PCJ são provenientes de cinco fontes: Fundo Estadual dos Recursos Hídricos de São Paulo (FEHIDRO), Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – (FHIDRO), Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio da União, Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio do Estado de São Paulo e a Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais.

Para este ano foram alterados os critérios para hierarquização, tomando como base o Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, sendo melhor pontuados os empreendimentos localizados em regiões críticas em termos de qualidade e/ou quantidade de água. Outro incremento foi também o estabelecimento de pontuações diferenciadas para os Planos Municipais de Saneamento Básico, com o objetivo de incentivar os municípios a receberem recursos para esse fim.

É importante destacar que a Agência das Bacias PCJ também disponibilizou Termos de Referência padrão para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

A Agência das Bacias PCJ, em atendimento à solicitação dos Comitês PCJ, e com o apoio de instituições voltadas a gestão, proteção e conservação dos recursos hídricos e meio ambiente, realizou em 2011 a “Oficina Preparatória FEHIDRO/Cobranças PCJ”, realizada em duas etapas.

A Oficina Preparatória tem como objetivo capacitar os agentes do serviço de saneamento, prefeituras municipais, universidades, ONGs e demais profissionais da área de recursos hídricos, meio ambiente e saneamento, na orientação e compreensão das normas, regras e critérios estabelecidos, no processo de distribuição dos recursos financeiros das Cobranças PCJ, FEHIDRO e FHIDRO.

Na primeira etapa foram realizadas duas aplicações. A primeira aplicação aconteceu no dia 16 de agosto no Instituto Agrônomo de Campinas – IAC em Campinas/SP. A segunda aplicação ocorreu no dia 17 de agosto no Instituto Estadual de Florestas – IEF na cidade de Camanducaia/MG, envolvendo técnicas de elaboração dos projetos, procedimentos para prestação de contas e auditorias, apresentação e esclarecimentos sobre o Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO e os procedimentos da Caixa Econômica Federal – CEF (Agente Técnico Financeiro da Cobrança “Federal” PCJ), metas e programas de duração continuada (PDC’s) do



Plano de Bacias PCJ, além de debates e plantão de esclarecimentos de dúvidas.

No dia 04 de outubro foi realizada no CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral de Campinas a segunda etapa da Oficina Preparatória, sendo que o objetivo principal da etapa foi apresentar a Deliberação dos Comitês PCJ nº 129/11, de 23/09/2011, que define cronograma e regras para a pontuação e hierarquização de empreendimentos, os pré-requisitos para a pré-qualificação, a documentação exigida para a inscrição no processo e o Manual Orientativo para Hierarquização de Empreendimentos da Agência das Bacias PCJ.

Estiveram presentes em todas as fases do curso o total de 320 pessoas, apresentando um alto índice de participação e interesse.

## **5.2. Processo de Seleção de Empreendimento FEHIDRO e Cobranças PCJ:**

**Pré-Inscrição** - O período de inscrição dos empreendimentos para pré-qualificação foi de 24 a 26/10/2011, onde a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ participou ativamente junto com a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ na orientação aos candidatos a tomadores e na preparação dos documentos a serem entregues pelos mesmos. Foram inscritos, para pré-qualificação, 82 empreendimentos.

**Avaliação dos Empreendimentos** - A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ em parceria com a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, no período de 27/10/2011 a 11/11/2011, realizou a avaliação dos empreendimentos de acordo com as exigências e normas do Manual de Procedimentos Operacionais - MPO do FEHIDRO e da Deliberação dos Comitês PCJ nº 129/2011:

(<http://www.comitepcj.sp.gov.br/download/DelibComitesPCJ129-11.pdf>).

Além da análise da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ / SE Comitês PCJ, as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e os Órgãos Licenciadores do Estado também participaram do processo de análise dos empreendimentos, verificando o enquadramento do objeto nas Ações específicas de Curto Prazo, estabelecidas pelo Plano das Bacias PCJ 2010-2020 com Proposta de Programa para Efetivação de Enquadramento dos corpos d'água até 2035 e a necessidade de licenciamento ambiental, para o caso de obras e serviços.

O resultado da primeira fase, para os empreendimentos de demanda espontânea, já se encontra divulgado no site dos Comitês PCJ e pode ser consultado através do Link: [http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/fehidro/DEMANDA\\_ESPONTANEA\\_2012.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/fehidro/DEMANDA_ESPONTANEA_2012.pdf)

## **5.3. CBH/Paulista completou 18 anos em novembro de 2011**

O Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - CBH-PCJ - Comitê Paulista – comemorou, em 18 de novembro de 2011, os 18 anos da sua instalação.

Criado e instalado segundo a Lei Estadual Paulista nº 7.663/91 (CBH-PCJ), o Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, é chamado de Comitê Paulista, pois na área das Bacias PCJ também estão instalados os comitês PCJ FEDERAL (de mesmo nome), criado e instalado segundo a Lei Federal nº 9.433/97, cujas atividades estão relacionadas aos recursos hídricos de domínio da União e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (Comitê Mineiro), instalado segundo a Lei Mineira nº 13.199/99, cujas atribuições concentram-se nos recursos hídricos de domínio do estado de Minas Gerais, sendo estes os formadores do Rio Piracicaba. Após a realização da reunião conjunta destes três comitês, em 27/06/2008, o CBH-PCJ (paulista), o PCJ FEDERAL e o CBH-PJ (mineiro) passaram a ser chamados de Comitês PCJ.

O CBH-PCJ tem sua atuação na gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ visando contribuir para que a qualidade e quantidade das águas dos corpos hídricos em sua área de atuação sejam suficientes e adequados para os diversos usos, através de um trabalho com a participação da sociedade através das instâncias chamadas Câmaras Técnicas e outros grupos de trabalho.

Para comemorar a data, a Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) realizou o Seminário “Modelagem Hidrológica para a Gestão das Bacias PCJ”, no dia 18/11/11, com início às 9h00, em Piracicaba-SP.

A abertura do Seminário foi realizada pelo Secretário-executivo, Luiz Roberto Moretti, além da presença do Coordenador da Câmara Técnica de Integração e Difusão, Eduardo Vasconcelos, os quais fizeram uma abordagem sobre a importância dos 18 anos de trabalho do CBH-PCJ para as Bacias PCJ.

**Tabela 05: Programação**

Horários	Atividades	
09h00	<b>Recepção e retirada de material</b>	
09h30	<b>Mesa de abertura: Comemoração dos 18 anos do CBH-PCJ</b>	<b>Diretoria do CBH-PCJ:</b> Barjas Negri – Presidente Eduardo Paschoalotti – Vice-presidente Luiz Roberto Moretti – Secretário-executivo <b>Coordenador da CT-ID</b> Eduardo Vasconcelos
<b>Mesa Redonda 1: Desenvolvimento e uso de sistemas para o planejamento das Bacias PCJ</b>		
10h00	<b>Modelagem: conceitos e aplicações</b>	Eng.º Eduardo Mário Mendiondo (EESC/USP)
10h30	<b>Modelo e o Sistema de Suporte à Decisão para Análise Quantitativa e Qualitativa de Corpos d'água das Bacias PCJ (SSD-PCJq)</b>	Eng.º Rubem La Laina Porto (EP/USP – LabSid – FCTH)
11h10	<b>Aplicação da modelagem na elaboração do Plano</b>	Eng.ª Adriana Isenburg





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

das Bacias PCJ 2010-2020		(Agência das Bacias PCJ)
11h40	Esclarecimentos e Debate	
12-14h00	Almoço	
Mesa Redonda 2: Experiências e perspectivas em modelagem de recursos hídricos		
14h00	Sistema de diagnóstico e prognóstico de florescimentos algais em reservatórios através de modelagem tridimensional	Eng.º Angelo Augusto Saggio (UFSCar)
14h30	AlocServer - Sistema de planejamento e gestão de recursos hídricos (Instrumentos: enquadramento, outorga e cobrança) e bacias hidrográficas	Eng.ª Roberta Baptista Rodrigues (RB Recursos Hídricos)
15h00	Modelagem hidrológica florestal	Eng.º Agr. Rafael Mingoti (ESALQ/USP)
15h30	Monitoramento e modelagem para alerta de cheias nas Bacias PCJ	Eng.º Flávio Conde (FCTH) e Eng.º Arisvaldo Mello (EP/USP)
16h00	Esclarecimentos e Debate	
16h20	Encerramento	

#### ORGANIZAÇÃO:

- Comitês PCJ
- Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID)

Para outras informações, acesse: <http://www.comitepcj.sp.gov.br/Splash.php>.

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/noticias/111-cbh-paulista-completa-18-anos-em-novembro.html>

#### 5.4. 20 Anos da Lei das Águas:



Em 2011, a Lei nº 7.663/91, conhecida como Lei das Águas, que estabelece as normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH), comemora 20 anos da sua criação.

Para celebrar esses 20 anos, a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) criou um grupo de trabalho, que se reúne desde o mês de maio, com a função de organizar e divulgar as comemorações.

Foi criado um logotipo comemorativo para os 20 anos e foi realizado um seminário nos dias 21, 22 e 23 de novembro para a discussão dos avanços e desafios na Gestão de Recursos Hídricos no Estado e uma Festa de Comemoração dos 20 anos.

Eventualmente serão feitas publicações como a reedição da Lei 7.663/91, um cartão postal e uma publicação com o histórico do SIGRH. Está em discussão a criação de um selo comemorativo dos Correios e outras propostas de divulgação das comemorações na mídia.





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

No dia 21 de julho durante a Reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos ocorreu o Lançamento das Comemorações aos 20 Anos da Lei das Águas Paulista (7.663/91) e cerimônia de lançamento do carimbo comemorativo aos 20 Anos.

Segundo Edson Giriboni, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de São Paulo, as diretrizes para modernização da política de recursos hídricos do Estado de São Paulo constam da Constituição Paulista de 1989 (artigos 205 a 213), cujas linhas principais, mediante exemplar trabalho de difusão desenvolvido à época pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), serviram de inspiração para a maioria das constituições dos demais Estados.

Na sequência, em experiência inédita, envolvendo mais de 400 técnicos de mais de uma dezena de Secretarias de Estado, foi desenvolvido o primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos e proposto anteprojeto que depois resultou na Lei nº 7663, promulgada em 30 de dezembro de 1991, estabelecendo a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH.

Em 2011, após duas décadas de atividades sobre a égide da Lei nº 7663/91, é relevante que:

- O Conselho Estadual de Recursos Hídricos cumpre seu papel desde sua instalação;
- São Paulo é o único Estado brasileiro com todo território coberto pela atuação efetiva de seus 21 Comitês de Bacias, instalados de 1991 a 1997;
- Os instrumentos da política, como os Planos de Recursos Hídricos (Estadual e por Bacias Hidrográficas); a outorga de direito de uso; o monitoramento hidrológico; a cobrança pelo uso da água e o enquadramento dos corpos d'água; têm sido progressivamente aplicados e estão em constante aperfeiçoamento; e
- O FEHIDRO, experiência singular no país, garante a dinâmica de funcionamento do SIGRH e contribui cada vez mais para apoiar financeiramente a execução das ações do setor.

A oportunidade é de celebrarmos os avanços, mas ao mesmo tempo discutirmos eventuais correções de rumo e planejarmos o futuro tendo como orientação o objetivo maior desta política pública, definido no artigo 2º da Lei nº 7663/91, que é “assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social, possa ser controlada e utilizada, em padrões de qualidade



**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo território do Estado de São Paulo.”

Fonte: Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Saneamento, de São Paulo, 03/01/2012, <http://www.sigrh.sp.gov.br/20anos/depoimentos.html>

#### **5.5. Prêmio COFEHIDRO 2010:**

O Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos divulgou no último dia 13 de dezembro, os vencedores do Prêmio COFEHIDRO. A cerimônia de entrega dos prêmios realizada no Palácio do Governo de São Paulo a partir das 17h30 apontou, além dos premiados nas quatro categorias, o ganhador do Prêmio Efetividade que entregou R\$ 200 mil reais ao Comitê que conduziu com maior agilidade os projetos em andamento na Bacia em que atua e, contou com a presença de autoridades do governo do Estado de São Paulo, Edson Giriboni, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo; Secretário Adjunto de Saneamento e Recursos Hídricos; Rogério Menezes de Mello, Walter Tesch, Coordenador de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, além de prefeitos e demais autoridades.

O Coordenador de Recursos Hídricos, Walter Tesch abriu os trabalhos comentando que a iniciativa visa a incentivar o trabalho dos Comitês de Bacias do estado de São Paulo a trabalharem cada vez mais de forma participativa e integrada. Elogiou particularmente o trabalho alavancado nas Bacias PCJ, que tem sido referência para vários Comitês que também realizam um trabalho igualmente exemplar.

O Secretário Adjunto, Rogério Menezes de Mello, comentou que: “é muito bom chegar neste final de ano e ver que nós podemos dar mais alguns passos, avançar. O FEHIDRO é um exemplo de Fundo administrado de forma democrática, com participação de várias entidades do estado e é de extrema importância particularmente para os pequenos municípios do estado de São Paulo, pois para estes municípios este Fundo faz toda diferença”.

O Secretário Executivo, Luiz Roberto Moretti representou os Comitês PCJ e, convidou parte de sua equipe para acompanhá-lo; Maria Luisa Palmieri e André Sanches Navarro, além de parte da equipe da Agência das Bacias PCJ, Adriana Isenburg, Diretora Técnica; Sérgio Razera, Diretor Administrativo Financeiro e Kátia Gotardi, Coordenadora de Gestão. Além disso, estiveram presentes representantes do Consórcio PCJ, SAAE de Indaiatuba, Prefeitura de Salto, CETESB de Campinas, FUNDAG e vários parceiros dos Comitês PCJ que prestigiaram a premiação.

O vencedor da categoria 1 - BASE DE DADOS E GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS foi o Empreendimento: Atualização do Cadastro dos Usuários dos Rios de Domínio do Estado de São Paulo, cujo tomador foi o Consórcio





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Para receber o prêmio de R\$ 50.000 mil reais, foi chamado ao palco o Secretário Executivo dos Comitês PCJ, Luiz Roberto Moretti.

Para a categoria 2 – RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA, PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS MANANCIAIS E PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA EVENTOS HIDROLÓGICOS EXTREMOS foi premiado o Empreendimento: Contenção da Erosão com Bacias de Retenção para Proteção do Manancial Morungaba/Cupini cujo tomador foi o Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE Indaiatuba, mais uma vez os Comitês PCJ receberam R\$ 50.000 mil reais como prêmio.

Na categoria 3 – APROVEITAMENTO MÚLTIPLO E PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS foi premiado o Empreendimento: Estudo de Viabilidade da Implantação da Barragem do Ribeirão Pirai cujo tomador foi o Tomador: Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai – CONIRPI, sendo premiado novamente os Comitês PCJ com um valor de mais R\$ 50.000 mil reais.

Na categoria 4 - Capacitação, Comunicação Social e Educação Ambiental foi premiado o empreendimento: Continuidade Projeto Bacia Hidrográfica - Um Instrumento de Educação cujo tomador foi a Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola – FUNDAG e o Comitê CBH-Turvo Grande recebeu também R\$ 50.000 mil reais.

E, o vencedor do Prêmio Efetividade foi o Comitê Pontal do Paranapanema recebendo a quantia de R\$ 200 mil reais.

As três premiações resultaram na alocação de R\$ 150.000,00 para os Comitês PCJ, que serão empregados no financiamento de novos projetos voltados à conservação e recuperação das Bacias PCJ.

Este resultado ratifica a seriedade e eficiência dos procedimentos de hierarquização de empreendimentos realizados pelos Comitês PCJ, consistindo em estímulo para o aperfeiçoamento constante de tais procedimentos e para a seleção de projetos que proporcionem, em razão de sua qualidade técnica, resultados efetivos em prol dos recursos hídricos das Bacias PCJ.

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/noticias/117-comites-pcj-recebem-r-150-mil-reais-em-premios-do-cofehido.html>

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>

#### **5.6. Prefeitura Municipal de Extrema/MG é vencedora do 10º Prêmio Furnas Ouro Azul:**

A Prefeitura de Extrema foi a vencedora do 10º Prêmio Furnas Ouro Azul na Categoria Empresa Pública com O PROJETO CONSERVADOR DAS ÁGUAS. O





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

**Projeto Conservador das Águas completou este ano 16 anos, tendo sido a lei aprovada há seis anos. A Prefeitura de Extrema estabeleceu incentivos para o proprietário rural que preservar e conservar os mananciais, sob o princípio de que as boas práticas adotadas para melhorar a oferta e a qualidade dos recursos hídricos devem ser remuneradas como fator de estímulo e de renda.**

Por meio de decretos, a Prefeitura implantou o pagamento por serviços ambientais – esse sistema promove a implantação e a manutenção da cobertura vegetal das Áreas de Preservação Permanente e da Reserva Legal, através da averbação em cartório, ambos conforme consta do Código Florestal e Legislação Estadual de Minas Gerais. A primeira fase do projeto está sendo realizada com o plantio de mudas e cercamento das Áreas de Preservação Permanente da bacia das Posses.

Assim, o proprietário rural habilitado fica responsável pela manutenção das APPs, recebendo da Prefeitura Municipal um benefício que se estenderá por, no mínimo, quatro anos, sendo o valor de referência (VR) de 100 Unidades Fiscais de Extrema (UFEX) por hectare (ha) por ano, que equivale a R\$ 176,00 divididas em 12 parcelas.

O Decreto nº 1703, de 2006, ainda prevê, no seu segundo parágrafo, que o proprietário rural habilitado é considerado “aquele que tenha propriedade rural com área igual ou superior a dois hectares, desenvolva atividade agrícola com finalidade econômica na propriedade rural e que o uso da água na propriedade rural esteja regularizado”.

O gestor ambiental do departamento de meio ambiente da Prefeitura de Extrema, Paulo Henrique Pereira, elaborou um livro sobre o assunto - O Conservador das Águas - que já foi citado inúmeras vezes como exemplo de programa de pagamento por serviços ambientais esclarece algumas dúvidas sobre o projeto:

***Há quanto tempo você acompanha o Conservador? Que tipos de dificuldades encontrou no início e atualmente? Quais as conquistas nestes 16 anos? Com a lei, o que mudou?***

*Há 16 anos. O difícil é começar, convencer as pessoas e os proprietários rurais sobre o conceito, este foi o maior desafio.*

*A lei de 2005 foi a complementação de um trabalho de 10 anos, pudemos, neste período, estudar o município, planejar as ações e implementar o programa de pagamento por serviços ambientais (PSA).*

***Na prática, você diria que o Conservador realmente valeu a pena?***

*Está valendo, transformar uma idéia em ação concreta com resultados é bastante gratificante.*



**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

***Hoje você já nota uma mudança de comportamento entre as pessoas que estão enquadradas no Conservador?***

*No começo nós tínhamos que procurar os agricultores, hoje são eles que nos procuram. Eu não vejo um outro modelo para o aumento da cobertura vegetal nas bacias hidrográficas que não passe pelos programas de PSA.*

***Em dezembro de 2010 você lançou um livro. Basicamente sobre o que o livro discorre? Como foi escrever este livro?***

*Sobretudo o que realizamos durante 15 anos, o que fizemos, os resultados e, principalmente, citar e agradecer as diversas pessoas que nos ajudaram.*

***Finalmente o que podemos esperar para do Conservador das Águas nos próximos cinco anos?***

*Nós estamos planejando o projeto para os próximos 15 anos, com o objetivo de aumentar a cobertura vegetal 30%, com adequação ambiental de todas as propriedades rurais de Extrema.*

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/noticias/115-prefeitura-de-extrema-foi-a-vencedora-do-10o-premio-furnas-ouro-azul.html>

#### **5.7. Projeto do Programa Produtor de Água do Município de Extrema/MG ganha Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local da Caixa:**

O Conservador das Águas, um dos projetos do Programa Produtor de Água da Agência Nacional de Águas (ANA), foi o vencedor do Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local da Caixa Econômica Federal. A cerimônia de premiação aconteceu no Teatro Cultural da Caixa, no dia 12 de dezembro, em Brasília, e contou com 200 inscritos. O Conservador das Águas, do município de Extrema (MG), beneficia uma população de 14 milhões de habitantes, concorreu com outros 27 projetos e foi o vencedor na categoria "Gestão Ambiental e Saneamento", premiado com um troféu e ampla divulgação, por parte da Caixa, em filmes, publicações, exposição fotográfica, etc.

A parceria da ANA com *The Nature Conservancy* (TNC), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Prefeitura Municipal de Extrema (MG) e com o Governo do Estado de Minas Gerais para o projeto Conservador das Águas foi estabelecida em 2006, e atualmente remunera cerca de 150 produtores rurais que adotam práticas sustentáveis de manejo de solo e água, de acordo com os objetivos do programa\*.

O Programa Produtor de Água visa a incentivar a compensação financeira aos produtores rurais que, comprovadamente, contribuam para a proteção e recuperação de mananciais, gerando benefícios para a bacia hidrográfica e para sua população.

Os objetivos do Produtor de Água são claros: redução da erosão, melhoria da





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

qualidade da água e aumento das vazões dos rios.

O modelo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) vem logrando êxito. A Agência Nacional de Águas contabiliza a implantação do Programa Produtor de Água em oito Estados brasileiros (Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Tocantins e Paraná) e recentemente no Distrito Federal, na bacia do ribeirão Pípiripau.

Desde sua criação, o Produtor de Água vem estimulando a adoção de práticas que visem à proteção hídrica no País. A contrapartida é a remuneração ao produtor rural que comprove os benefícios em sua propriedade.

Para que o Programa exista, é necessário que haja um arranjo local entre a ANA, o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal e o comitê de bacia hidrográfica local, além da adesão dos produtores rurais da região. A educação e a conscientização ambiental sobre a importância do projeto são fundamentais para o engajamento da sociedade na busca de parceiros em potencial e de soluções para o manejo sustentável de água e solo.

São objetivos do projeto Conservador das Águas: aumentar a cobertura vegetal nas sub-bacias hidrográficas e implantar micro corredores ecológicos; reduzir os níveis de poluição difusa rural, decorrentes dos processos de sedimentação e eutrofização e de falta de saneamento ambiental; difundir o conceito de manejo integrado de vegetação, solo e da água na bacia hidrográfica do rio Jaguari; e garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos manejos e práticas implantadas, por meio de serviços ambientais aos proprietários rurais.

Fonte: Agência Nacional de Águas, ANA, 03/01/2012, Texto de Carol Braz, Ascom/ANA - [http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id\\_noticia=9817](http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=9817)

#### **5.8. Diretoria da AGB-Doce esteve na Fundação Agência das Bacias PCJ**

Durante os dias 29 e 30 de novembro a direção da AGB-Doce esteve em Piracicaba para conhecer a estrutura técnica e administrativa da Fundação Agência das Bacias PCJ.

O Diretor Técnico, Edson de Oliveira Azevedo; o Diretor Administrativo Financeiro, Carlos Magno Toledo Gouvea e o Diretor Geral; Carlos Augusto Brasileiro de Alencar foram recepcionados, inicialmente, pelo Diretor Financeiro da Agência das Bacias PCJ, Sérgio Razera que apresentou a estrutura da Agência PCJ, além disso, o Coordenador Administrativo; Ivens Oliveira, o Coordenador do Sistema de Informações; Eduardo Cuoco Léo e a Coordenadora de Gestão; Kátia Gotardi apresentaram suas respectivas rotinas de trabalho aos diretores da AGB-Doce.





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos foi implantada na Bacia do Rio Doce em 4 de novembro de 2010 e a entidade delegatária – vencedora de uma licitação pública para definir a entidade que assumiria o gerenciamento dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos – foi o Instituto Bioatlântico, uma ONG criada para preservar a Mata Atlântica, com sede no Rio de Janeiro.

Para a direção da AGB-Doce – os quais passaram por uma sabatina para aprovação dos cargos – “a implantação da cobrança não apresentou grandes entraves, embora tenhamos vislumbrado a necessidade de diálogos com setores, como as prefeituras locais, mas de forma geral, a maturidade dos usuários nos surpreendeu”, comenta Alencar.

A visita na Agência das Bacias PCJ acrescentou ainda mais otimismo para a equipe que se mostrou bastante motivada para o trabalho, “tudo é novo para nós, temos escutado que temos muito trabalho pela frente, mas a experiência da Agência PCJ nos deixa esperançosos, nós trilharemos um caminho que já foi feito, pois o que foi realizado aqui nos deixa tranquilos quanto ao futuro. Sabemos, por exemplo, que precisamos começar a idealizar uma sede – salas, equipe, assessoria contábil, enfim toda a estrutura administrativa – e também visitaremos o Instituto Bioatlântico no Rio, Agevap em Resende, a ANA em Brasília e a AGB-Peixe Vivo a fim de trocarmos experiências para estruturarmos nossa Agência”, diz Gouvea.

Com experiência na área de recursos hídricos e saneamento, os diretores comentaram ainda que durante dois anos os Comitês da Bacia do Rio Doce – que engloba dois estados, Minas Gerais e Espírito Santo - trabalharam para operacionalizar a cobrança.

Para o Diretor Geral da AGB-Doce, Carlos Augusto Brasileiro de Alencar, “as decisões operacionalizadas na AGB-Doce sempre serão conduzidas de forma a garantir a participação da sociedade”.

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/noticias/113-diretoria-da-agb-doce-estiveram-na-fundacao-agencia-das-bacias-pcj.html>

#### **5.9. Solicitação de desequiparação do Consórcio PCJ como Agência da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari**

Em 20 de outubro de 2011 foi encaminhado ao Instituto mineiro de Gestão das Águas – IGAM, pelo Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá o Ofício P – 024/11 informando o não interesse em prorrogar a vigência do Contrato de Gestão nº 001/2009, firmado com o IGAM, ou seja, solicita a sua desequiparação como entidade equiparada de Agência de Bacias para o Comitê PJ.

A Fundação Agência das PCJ manifestou o interesse de assumir a função exercida





**Agência das Bacias PCJ**



Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center Sala 604  
Fone 19 34372100  
13416.901 Piracicaba SP Brasil  
fundacao@agenciapcj.org.br  
[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

pelo Consórcio PCJ, mas por conta da Lei nº 13.199, de 29/01/1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais, a Fundação, na sua personalidade jurídica, não é reconhecida por esta lei.

A desequiparação do Consórcio foi deliberada em 16/12/2011 na 7ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, conforme Deliberação Comitês PCJ nº 131/2011 (<http://www.comitepci.sp.gov.br/download/DelibComitesPCJ131-11.pdf>).

## 6. COMPROVAÇÃO DOS RESULTADOS:

Os demonstrativos e documentos que comprovam o alcance das metas e objetivos estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ ([www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)), no Link "Relatório de Gestão - Relatório – Ano de 2011" e nos arquivos junto à sede da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/relatorio\\_003-ana-2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/relatorio_003-ana-2011.pdf)

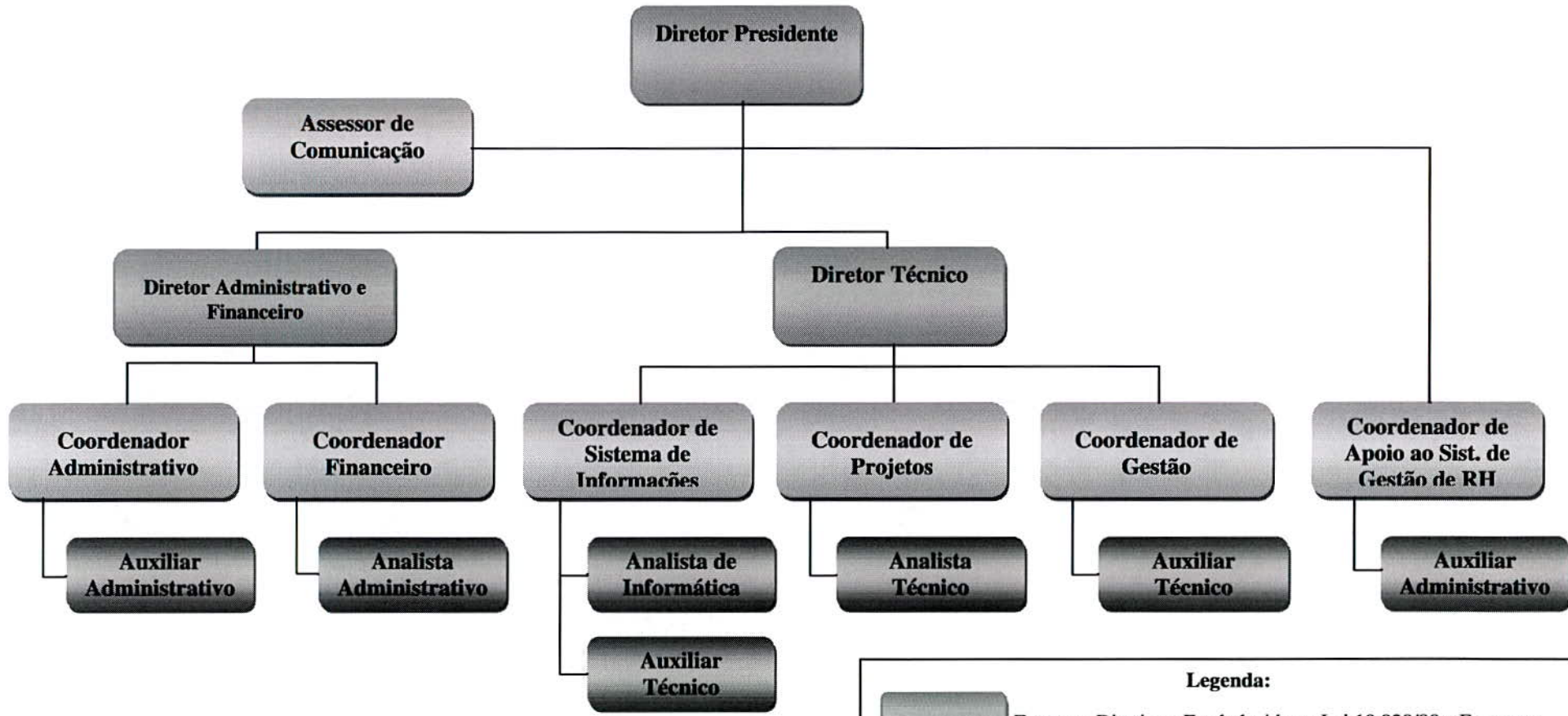
Piracicaba, janeiro de 2012

### FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ




Entidade Delegatária de funções de Agência de Água nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, conforme previsto na Política Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, Lei nº 9.433, de 1997.



## ANEXO I - ESTRUTURA MÍNIMA DE CARGOS E SALÁRIOS DA FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ



**Legenda:**

-  Estrutura Diretiva - Estabelecida na Lei 10.020/90 e Estatutos
-  Cargos de Livre Provimento
-  Cargos de Provimento por Concurso Público





## III - DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS



FUNDAÇÃO AGENCIAS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ  
 CNPJ: 11.513.961/0001-16  
 RUA ALFREDO GUEDES, 1949 - SALA 304 - HORTENÓPOLIS, PIRACICABA - SP

BALANÇO PATRIMONIAL			
2010		2011	
<b>ATIVO</b>	<b>965.969,28</b>	<b>70.369.148,64</b>	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>965.883,47</b>	<b>70.398.141,54</b>	
DISPONIBILIDADE	852.241,35	67.817.219,18	
CAIXA GERAL	219,08	2.321,05	
CAIXA (ESTADUAL)	219,08	1.061,55	
CAIXA (FEDERAL)	0,00	1.259,50	
BANCOS COM MOVIMENTO	0,00	4.318,69	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	4.318,69	
APLICACAO FINANCEIRA	852.022,27	67.810.579,44	
BN HOSSA CAIXA REF.	852.022,27	1.500.021,21	
POUPANCA C.E.F.- 013-12.282-7	0,00	66.310.558,23	
CREDITOS	103.742,32	1.442.437,95	
COMERCIO/CONTRATOS A RECEBER	103.742,32	1.442.437,95	
RECURSOS ESTADUAIS A RECEBER	103.742,32	98.212,06	
RECURSOS FEDERAIS A RECEBER	0,00	1.344.225,89	
ADIANTAMENTOS	0,00	765.384,41	
OUTROS ADIANTAMENTOS	0,00	558,00	
ADTO DESPESA COM VIAGEM	0,00	558,00	
DESPESAS ANTECIPADAS	0,00	5.486,58	
DESPESAS ANTECIPADAS	0,00	5.486,58	
CONTRATOS/FORNECEDORES 2011	0,00	759.339,83	
CONTRATOS / FORNECEDORES 2011	0,00	759.339,83	
OUTROS CREDITOS	9.100,00	65.100,00	
OUTROS CREDITOS	9.100,00	65.100,00	
VOLKSWAGEN DO BRASIL	0,00	56.000,00	
GARANTIAS DE ALUGUEL	9.100,00	9.100,00	
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>885,41</b>	<b>279.007,10</b>	
<b>ATIVO IMOBILIZADO</b>	<b>885,41</b>	<b>279.007,10</b>	
IMOBILIZADO DE USO	1.017,00	337.281,69	
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	495,20	
VEICULOS	0,00	150.605,00	
COMPUTADORES HARDWARE	572,00	86.018,71	
MOBILS E UTENSILIOS	0,00	87.778,24	
INSTALACOES	445,00	4.918,92	
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	0,00	7.883,22	
(-) DEPRECIACAO	-131,39	-58.194,59	
(-) VEICULOS	0,00	-27.610,88	
(-) COMPUTADORES HARDWARE	-79,45	-18.263,94	
(-) EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	0,00	-434,50	
(-) MOBILS E UTENSILIOS ESCRIT.	0,00	-11.112,99	
(-) INSTALACOES	-51,94	-752,28	
<b>PASSIVO</b>	<b>965.969,28</b>	<b>70.369.148,64</b>	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>22.936,54</b>	<b>16.198.245,18</b>	
FORNECEDORES	6.714,59	101.602,53	
FORNECEDORES DIVERSOS	6.714,59	101.602,53	
FORNECEDORES DIVERSOS	6.714,59	101.602,53	
OBRIGACOES A RECOLHER	16.224,99	10.097.042,65	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	4.232,40	10.666,40	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	4.232,40	10.666,40	
OBRIGACOES TRABALHISTAS	6.881,29	49.825,49	
SALARIOS A PAGAR	5.826,29	42.423,00	
ESTAGIOS A PAGAR	855,00	7.402,49	
ENCARGOS S/ FOLHA DE PAGTO	3.577,95	24.257,03	
ENCARGOS S/ FOLHA DE PAGTO	3.577,95	23.940,09	
INSS RETIDO DE TERCEIROS	0,00	415,94	
PROVISAO TRABALHISTAS	0,00	65.780,71	
PROV. FERIAS	0,00	49.151,05	
PROV. ENCARGOS S/ FERIAS	0,00	17.629,66	
OUTRAS OBRIGACOES	1.743,35	7.373,45	
CONDOMINIOS A PAGAR	1.743,35	3.076,80	
ALUGUEIS A PAGAR	0,00	4.296,65	
CONTRATOS/FORNECEDORES 2011	0,00	759.339,83	
CONTRATOS / FORNECEDORES 2011	0,00	759.339,83	
RECURSOS FEDERAIS (A.N.A)	0,00	5.859.573,84	
RECURSOS FEDERAIS (A.N.A.)	0,00	1.880.658,71	
RENDIMENTO APLIC./POUPANCA CEF	0,00	3.978.915,13	
OBRIG. ACOES DE APOIO	0,00	3.320.225,90	
ACOES DE APOIO 2010	0,00	937.186,93	
ACOES DE APOIO 2011	0,00	2.383.038,97	
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>	<b>58.316.996,22</b>	
<b>OBRIGACOES A LONGO PRAZO</b>	<b>0,00</b>	<b>58.316.996,22</b>	
EMPRESAMENTOS CONTRATADOS	0,00	58.016.996,22	
2008	0,00	406.876,57	
2007	0,00	2.427.342,53	
2006	0,00	3.632.993,21	
2009	0,00	12.900.204,89	
2010	0,00	20.378.408,05	
2011	0,00	18.271.170,97	
PROVISAO P/ CONTINGENCIAS	0,00	300.000,00	
PROVISAO P/ CONTINGENCIAS	0,00	300.000,00	
<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>	<b>943.029,70</b>	<b>1.853.507,24</b>	
PATRIMONIO SOCIAL	943.029,70	1.853.507,24	
RESULTADOS ACUMULADOS	943.029,70	911.477,54	
SUPERAVIT ACUMULADO	942.029,70	592.300,75	
BENEFICIARIOS DO CONSORCIO	0,00	318.176,79	
PATRIMONIO SOCIAL	1.000,00	1.000,00	
FUNDOS PATRIMONIAIS	0,00	942.029,70	
FUNDO PATRIMONIAL-RECURSO EST.	0,00	942.029,70	

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT OU DEFICIT DO EXERCÍCIO			
		2010	2011
<b>RECEITAS FEDERAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>11.615.273,65</b>
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (REPASSES)	0,00	9.859.813,29	1.129.115,22
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (CUSTEIO FEDERAL)	0,00	0,00	626.345,14
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (ACOES DE APOIO)	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS ESTADUAIS</b>	<b>1.158.988,90</b>	<b>968.240,80</b>	
RECEITA TRANSFERENCIA ESTADUAL (CUSTEIO ESTADUAL)	1.158.988,90	968.240,80	
<b>901099 SUPERAVIT BRUTO</b>	<b>1.158.988,90</b>	<b>12.583.514,45</b>	
<b>DESPESAS FEDERAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>-11.544.920,32</b>
CUSTEIO FEDERAL	0,00	-1.058.761,89	
REPASSES P/ PROGRAMAS DE RECURSOS HIDRICOS	0,00	-9.859.813,29	
ACOES DE APOIO	0,00	-626.345,14	
<b>DESPESAS ESTADUAIS</b>	<b>-245.500,46</b>	<b>-407.454,14</b>	
CUSTEIO ESTADUAL	-245.500,46	-407.454,14	
<b>DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>34.181,77</b>	<b>111.118,67</b>	
DESPESAS FINANCEIRAS (ESTADUAIS)	-843,04	-1.187,55	
DESPESAS FINANCEIRAS (FEDERAIS)	0,00	-132,84	
RECEITA FINANCEIRA (ESTADUAL)	35.024,81	112.439,06	
<b>DESPESAS TRIBUTARIAS</b>	<b>-5.640,51</b>	<b>-149.957,81</b>	
DESPESAS TRIBUTARIAS (RECURSOS FEDERAIS)	0,00	-126.534,99	
DESPESAS TRIBUTARIAS (RECURSOS ESTADUAIS)	-5.640,51	-23.422,92	
<b>907001 SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>942.029,70</b>	<b>592.300,75</b>	

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
		2010	2011
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
(-) Pagamentos de Adiantamentos	0,00	-52.743,08	
(+) Recebimento de Recursos Estaduais	1.055.245,58	973.771,06	
(+) Recebimento de Recursos Federais	0,00	16.075.082,57	
(-) Pagamentos de Fornecedores	-71.510,80	-528.620,16	
(-) Pagamentos de Impostos Retidos de Terceiros	-1.667,14	-45.018,69	
(-) Pagamento de Salários	-58.704,45	-395.225,10	
(-) Pagamentos de Encargos Sociais	-38.377,22	-247.610,14	
(-) Pagamentos Despesas Operacionais	0,00	-1.256,90	
(-) Recebimento de Recursos Federais - ANA	0,00	57.113.846,02	
(-) Pagamento de Ações de Apoio (Vigência/Reflexão)	0,00	-350.245,51	
(-) Despesas Custeio Federal	0,00	-167.185,81	
(-) Despesas Custeio Estadual	-69.646,63	-223.351,43	
(-) Repasse para Emprestamentos Contratados	0,00	-9.859.813,29	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>0,00</b>	<b>3.978.915,13</b>	
(+) Rendimento Aplicação Financeira / Poupança Caixa Federal	0,00	3.978.915,13	
(-) Rendimento de Renda Fixa (Estadual)	34.929,01	112.439,06	
(-) Pagamento Aplicação de Investimento	-1.017,00	-18.007,00	
(-) Despesas Operacionais	33.941,81	4.673.946,25	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	
(-) Constituição do Patrimônio Social	1.000,00	0,00	
(+) Variação no Disponível (1+2+3)	852.241,35	66.964.977,83	
<b>SALDO DO DISPONÍVEL NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>0,00</b>	<b>852.241,35</b>	
<b>SALDO DO DISPONÍVEL NO FINAL DO EXERCÍCIO (4+5)</b>	<b>852.241,35</b>	<b>67.817.219,18</b>	

Reconhecemos a exatidão do Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 70.369.148,64 (Setenta Milhões Trezentos e Sessenta e Nove Mil Cento e Quarenta e Oito Reais e Sessenta e Quatro Centos) bem como a demonstração do Superavit (ou Deficit) do Exercício, no valor de R\$ 592.300,75 (Quinhentos e Noventa e Duas Mil e Trezentos Reais e Setenta e Cinco Centos)

Barjas Negri  
 Diretor-Presidente  
 CPF: 611.264.978-00

Luis Carlos Marin Gusti  
 Contador  
 CRC: 158.146.435/0-5

Piracicaba, 31 de Dezembro de 2011

Oficial de Registro Civil das Tabelas de Registro de Imóveis  
 2ª Subdivisão - Piracicaba - SP  
 Av. Rui Barbosa, 145 - V. Residência - CEP: 13400-000  
 Fone: (19) 3413-0041 / 3421-1000

Neiva Aparecida Ranaldo - Oficial de Registro  
 AUTENTICAÇÃO  
 Autentico a presente cópia conforme original apresentado, em 16/02/2012  
 Valor: 2,35

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
		2010	2011
Saldo Início	0,00	1.000,00	
Saldo Final	1.000,00	1.000,00	
(=) Patrimônio Social	1.000,00	1.000,00	
Superavit Início	0,00	942.029,70	
Superavit do Exercício	942.029,70	592.300,75	
Bens (Transferidos do Consórcio)	0,00	318.176,79	
(=) Superavit Acumulado	942.029,70	1.852.507,24	
(=) Patrimônio Social Total	943.029,70	1.853.507,24	





## I - Contexto Operacional:

Nota 1) A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de Constituição.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estruturas técnicas e administrativas de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, capacitados para tanto, seguindo as diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos COMITÊS PCJ.

## II - Apresentação das demonstrações:

Nota 2) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e na Lei das Sociedades por Ações.

## III - Resumo das práticas contábeis:

Nota 3) A prática contábil adotada para apuração do resultado, segue o regime de competência de exercícios para apropriação de receitas e despesas correspondentes.

Nota 4) O balanço patrimonial é composto por: Ativo, Passivo e Patrimônio Social.

O Ativo é composto pelos bens e direitos da entidade, e é dividido em circulante e não circulante. No ativo circulante, estão os ativos de curto prazo (com realização de até 12 meses). No ativo não circulante, estão os ativos de longo prazo (com realização superior a 12 meses), imobilizado e sua respectiva depreciação acumulada.

O Passivo é composto pelas obrigações da entidade, e é dividido em circulante e não circulante. No passivo circulante, estão os passivos de curto prazo (com exigibilidade de até 12 meses). No passivo não circulante, estão os passivos de longo prazo (com exigibilidade superior a 12 meses).

O Patrimônio Social representa a "situação líquida" da entidade, e é composto por:

Patrimônio Social: investimento inicial da entidade;

Bens (transferidos do Consórcio PCJ – Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ): representado pelos ativos imobilizados transferidos pelo Consórcio PCJ para a Fundação Agência das Bacias PCJ;

Fundos Patrimoniais: composto pelo superávit acumulado referente aos recursos estaduais, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Fundação Agência das Bacias PCJ;

Nota 5) Os ativos e passivos da entidade estão registrados em conformidade com seus efetivos valores históricos;

Nota 6) A entidade não possui estoques de qualquer natureza (mercadorias/materiais) na época do encerramento do ano calendário;





Nota 7) O saldo da conta Recursos Estaduais a Receber, que é de R\$ 98.212,06 (noventa e oito mil, duzentos e doze reais e seis centavos) são referentes aos recursos a receber do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com base nas arrecadações sobre pagamento pelo dos recursos hídricos a ser recebido em 2012;

Nota 8) O saldo da conta Recursos Federais a Receber, que é de R\$ 1.344.225,89 (hum milhão, trezentos e quarenta e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos), são referentes aos recursos a receber da Agência Nacional de Águas – A.N.A., com base nas arrecadações sobre pagamento pelo uso dos recursos hídricos a ser recebido em 2012;

Nota 9) As contas Contratos/Fornecedores 2011, que consta tanto no ativo quanto no passivo, apresentam os saldos referentes aos contratos assinados com prestadores de serviços, dessa forma não gerando qualquer impacto patrimonial;

Nota 10) O imobilizado foi registrado da seguinte forma:

- a) Os imobilizados transferidos pelo Consórcio PCJ, foram lançados pelo seu valor líquido (valor do bem excetuado de sua depreciação acumulada), e quanto a sua depreciação, será dada continuidade, mantendo-se o método linear, baseado em sua vida útil estimada;
- b) Os imobilizados adquiridos pela entidade estão registrados pelo custo de aquisição (ou valor original) e sua depreciação se dá utilizando-se do método linear, baseado em sua vida útil estimada;

Nota 11) A conta Recursos Federais (A.N.A), representa toda a entrada de recursos federais (A.N.A) oriundos da cobrança pelo uso da água. Do total arrecadado, a entidade pode utilizar-se de até 7,5% (sete e meio por cento) para custeio operacional. O saldo restante é dividido entre Ações de Apoio e Repasse para os Empreendimentos Contratados.

#### COBRANÇA FEDERAL - 2011

Arrecadação 2011	Rendimento Financeiro 2011	Limite p/ Custeio 2011 (7,5%)
16.523.988,34	3.978.915,13	1.537.717,76



O valor utilizado pela entidade para custeio (federal) foi de R\$ 1.185.429,72 (hum milhão, cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais setenta e dois centavos).

Nota 12) A conta provisão para contingências foi criada respeitando o limite que poderia ser usado para custeio, e o valor efetivamente realizado ao longo do exercício de 2011. Essa provisão tem o intuito de cobrir os seguintes eventos futuros tais como:

- a) queda de arrecadação;
- b) pagamento de multas rescisórias;
- c) ações judiciais;
- d) dentre outros;

O principal objetivo dessa provisão é não comprometer os recursos do orçamento de exercícios subsequentes, com eventos extraordinários;

Nota 13) Ações de apoio são recursos de investimento (inclusa no percentual de 92,5% dos recursos federais) aprovados pelos comitês de bacias para a execução de atividades específicas, das quais a Fundação Agência das Bacias PCJ é a própria contratante e executante.



Nota 14) A conta empreendimentos contratados, refere-se aos valores de investimento oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (inclusas no percentual de 92,5% dos recursos federais), repassados pela Fundação Agência das Bacias PCJ aos tomadores diversos, para a execução dos empreendimentos previamente aprovados pelos Comitês de Bacias, com acompanhamento e autorização do agente técnico financeiro, que é a Caixa Econômica Federal.

Nota 15) As Receitas da Agência das Bacias PCJ são reconhecidas em conformidade com a Resolução CFC nº 1.305/10, NBC TG 30 – Receitas e NBC TG 1.000;

As receitas são subdivididas em Estaduais (Fehidro) e federais (A.N.A.).

Os recursos de origens estaduais são estritamente para custeio, sendo repassado para a Agência das Bacias PCJ o valor correspondente 5,75% do que é arrecadado com a cobrança sobre o uso dos recursos hídricos em rios de domínio estadual. Esses recursos de origem estadual são atribuídos como receita ao fim de cada mês, com base na arrecadação realizada.

Os recursos de origens federais são originários da arrecadação com a cobrança sobre o uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e são integralmente repassados para a Agência das Bacias PCJ. São divididos em Custeio (7,5%), Ações de Apoio e Repasses (92,5%). A realização da receita sobre os recursos federais se dá de forma sistêmica e racional. De acordo com a resolução CFC nº 1.305/10, em seu item 12:

“É fundamental, pelo regime de competência, que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com as despesas correspondentes. Assim, o reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não há base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados.”

Ainda:

“Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo.”

Resumidamente, os recursos repassados e a repassar para a Agência das Bacias PCJ, tanto de origem federal como estadual, figuram pelas contas patrimoniais, e são apropriadas ao resultado (reconhecimento como receita e despesa) à medida que ocorrer sua realização;

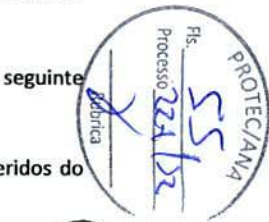
Nota 16) As despesas da entidade são apuradas através de documentos idoneos (Notas Fiscais e Recibos) em conformidade com as exigências legais/fiscais. São divididas em:

- a) Custeio (federal e estadual);
- b) Ações de Apoio;
- c) Repasses;

Nota 17) Os recursos da Agência das Bacias PCJ foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, e respeitando as deliberações do Comitê PCJ e os limites para Custeio;

Nota 18) O superávit do exercício de 2011 foi de R\$ 592.300,75 (quinhentos e noventa e dois mil e trezentos reais, e setenta e cinco centavos), e serão alocados no patrimônio da entidade da seguinte forma:

- a) Déficit de R\$ 56.314,50 (cinquenta e seis mil, trezentos e quatorze reais e cinquenta centavos), referente a despesa de depreciação, será alocado na conta Bens (transferidos do Consórcio PCJ);





- b) Superavit de R\$ 648.615,25 (seiscentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quinze reais, e vinte e cinco centavos), será alocado na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Fundação;

Bens (transferidos do Consorcio PCJ)	R\$ (56.314,50)
Fundo Patrimonial	R\$ 648.615,25
Superávit exercício 2011	R\$ 592.300,75

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

##### FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - AGÊNCIA DAS BACIAS PCI.

##### Prezado Senhor Barjas Negri.

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - AGÊNCIA DAS BACIAS PCI, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit do exercício, do superávit ou déficit acumulados e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

##### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - AGÊNCIA DAS BACIAS PCI, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

##### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - AGÊNCIA DAS BACIAS PCI em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Piracicaba, SP., 25 de Janeiro de 2.012.

AUDIMAXI Auditoria Ltda

CRC 2SP024964/O-3



Ronan Lopes Alarcon

Auditor CRC1SP081436/O-2





Gerdi Roberto Pessin

Auditor CRC1SP166563/O-3






## PARECER DO CONSELHO FISCAL 01/2012


O Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ, nos termos do artigo 20 Inciso III, do Estatuto e tendo em vista as informações apresentadas pela Diretoria, bem como pelas Demonstrações Contábeis apresentadas, aprova as contas relativas ao exercício 2011.

Piracicaba, 07 de fevereiro de 2012.

  
Luiz Alberto B. Carneiro  
Presidente

  
José Antonio de A. Dias da Silva  
Membro Titular

  
José Rodolfo Peñatti  
Membro Titular

  
Angelo César Bosqueiro  
Membro Suplente

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais  
2º Subdistrito Piracicaba / SP  
Av. Ru. Bartolomeu, 145 - Vl. Resenda - CEP 13405-200  
Fone: (19) 3413-0041 / 3421-5143  
Neiva Aparecida Ranaldo - Oficiala

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia conforme original apresentado, dou fé.  
Piracicaba, 10/02/2012

Valor: 2,33

AUTENTICAÇÃO

0752AA707192

TERMINIS DE ANGELO  
Escritório Autorizada



**DECLARAÇÃO**

Declaramos para fins de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2011, que, a entidade Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, por se tratar de fundação de direito privado sem fins lucrativos, dispõe de contabilidade comercial, não seguindo os princípios da Lei Federal nº 4.320/64.

Piracicaba, 05 de fevereiro de 2012.

  
**SERGIO RAZERA**  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**





## IV - DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL



## COMPLEMENTO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

### DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2011, que não ocorreu nenhum processo seletivo no exercício de 2011. No entanto, o concurso público da Fundação Agência das Bacias PCJ foi realizado no exercício de 2010, sendo que as contratações iniciaram a partir de 2011. De tal maneira, a partir de março do referido ano foram contratados os seguintes funcionários: Alexandre Henrique Bicudo da Silva (Analista de Informática), Mauro Yukio Hamamoto (Analista Técnico), Elizabeth Akiko Wakabayashi Umebayashi (Analista Administrativo), Gabriela Locachevic (Auxiliar Administrativo), Leandro Camilli (Auxiliar Técnico), Juliane Cristina Tancredo (Auxiliar Técnico), Débora Assis de Oliveira (Auxiliar Administrativo), Juliana Prado Guilmo (Auxiliar Administrativo) e Maria Eugenia Martins (Analista Técnico).

Foram contratados para o exercício de cargo em comissão os funcionários: Ivanise Aparecida Pachane Milanez (Assessora de Comunicação – Portaria nº 07/2011), Vanessa Cristina Bortolazzo (Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos – Portaria nº 06/2011), Elaine Franco de Campos (Coordenadora de Gestão – Portaria nº 05/2011), Karla Carolina Balan Yanssen (Coordenadora de Projetos – Portaria nº 04/2011), Ivens de Oliveira (Coordenador Administrativo – Portaria nº 01/2011), Eduardo Massuh Cury (Coordenador Financeiro – Portaria nº 02/2011), Eduardo Cuoco Léo (Coordenador de Sistema de Informações – Portaria nº 03/2011), Kátia Rossi Gotardi Piccin – Portaria nº 15/2011)





Declaramos ainda que não houve concessão de aposentadoria, reforma e pensão.

Piracicaba, 05 de fevereiro de 2012.

  
**SÉRGIO RAZERA**  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**



**COMPLEMENTO AO RELATÓRIO DE GESTÃO**

**RECURSOS HUMANOS – EXERCÍCIO DE 2011**

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE DE CARGOS/EMPREGOS			QUANTITATIVOS	
	FORMA DE PROVIMENTO			PROVIDOS	VAGOS
A	B	TOTAL			
Diretor-Presidente	0	1	1	1	0
Diretor Técnico	0	1	1	1	0
Diretor Administrativo e Financeiro	0	1	1	1	0
Coordenador Administrativo	0	1	1	1	0
Coordenador Financeiro	0	1	1	1	0
Coordenador de Sistema de Gestão	0	1	1	1	0
Coordenador de Projetos	0	1	1	1	0
Coordenador de Gestão	0	1	1	1	0
Coordenador de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos	0	1	1	1	0



<b>Assessor de Comunicação</b>	0	1	1	1	0
<b>Analista Administrativo</b>	4	0	4	1	3
<b>Analista Técnico</b>	3	0	3	1	2
<b>Analista de Informática</b>	1	0	1	1	0
<b>Auxiliar Administrativo</b>	3	0	3	2	1
<b>Auxiliar Técnico</b>	3	0	3	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>8</b>



**LEGENDA:**

**FORMA DE PROVIMENTO** (indicar o total de cargos criados)

A – Quadro permanente (indicar o total de cargos existentes)

B – Cargos em comissão

DENOMINAÇÃO	TOTAL DE CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE NO EXERCÍCIO	TOTAL DE CONTRATADOS EXISTENTES EM 31/12/2011
<b>TOTAL</b>	<b>NÃO HOUVE</b>	

Piracicaba, 05 de fevereiro de 2012.

  
**SÉRGIO RAZERA**  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

**DECLARAÇÃO**



Declaramos para fins de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2011, que após consulta às pessoas constantes do Rol de Responsáveis, verificou-se que todas estão em dia com a obrigação de apresentação da declaração de bens e renda.

Piracicaba, 05 de fevereiro de 2012.

  
**SÉRGIO RAZERA**  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**





**COMPLEMENTO AO RELATÓRIO DE GESTÃO**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para fins de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL que, no exercício de 2011, não foi recebida nenhuma denúncia junto à Fundação Agência das Bacias PCJ.

Piracicaba, 05 de fevereiro de 2012.

  
**SÉRGIO RAZERA**  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**



**COMPLEMENTO AO RELATÓRIO DE GESTÃO**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para fins de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2011, que a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá faz pagamento de diárias apenas para viagens internacionais, sendo que no exercício de 2011 não foram realizadas tais viagens.

As demais despesas de viagens são cobertas através de adiantamentos e ressarcimentos de gastos mediante comprovação através de notas ou cupons fiscais, conforme estabelecido no quadro "Limite de Despesas com viagens", anexo ao processo de prestação de contas.

Piracicaba, 05 de fevereiro de 2012.



**SÉRGIO RAZERA**  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**





## PORTARIA n.º 08/2011

**BARJAS NEGRI**, Diretor Presidente da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Agência das Bacias PCJ, no uso de suas regulares atribuições Estatutárias e,

Considerando que o Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - COFEHIDRO estabeleceu limites máximos para gastos em hospedagem, refeições e Taxi, em viagens de trabalho a serem despendidos com recursos do FEHIDRO.

Considerando que para os recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio federal não existe nenhuma norma específica emitida pela Agência Nacional de Águas - ANA.

Considerando o que estabelece a Cláusula Terceira, Inciso I, item "a" do Contrato de Gestão 003/2011 assinado entre a Agência Nacional de Águas - ANA e a Fundação Agência das Bacias PCJ: "a) exercer funções de competência de Agência de Água, previstas nos arts 41 e 44 da Lei 9.433/97, prestando apoio administrativo, técnico e financeiro necessário ao bom funcionamento dos Comitês PCJ."

Considerando que os Comitês PCJ, anualmente, destinam recursos financeiros de investimentos para o apoio ao seu bom funcionamento sendo que parcela destes recursos são utilizados para a cobertura de despesas de viagens.

# Fundação Agência das Bacias PCJ

Criada e instalada segundo as Leis Estaduais (SP) nº 7.663/91 e nº 10.020/98



Considerando que os funcionários da Fundação Agência das Bacias PCJ realizam constantemente viagens a trabalho.

## RESOLVE

- 1) Estabelecer valores limites para despesas de viagem a serem pagos pela Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, conforme planilha anexo I.
- 2) Estabelecer o valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais) para adiantamento para despesas de viagem. A prestação de contas fica vinculada à Coordenação Financeira, sendo que um novo adiantamento somente será realizado após a devida aprovação da prestação de contas do adiantamento anterior.
- 3) Estabelecer que as despesas de viagem também possam ser pagas através de ressarcimento de despesas, observados os valores limites.
- 4) Fixar a planilha de prestação de contas de viagem, conforme modelo anexo II.
- 5) Estabelecer que as despesas de viagem serão comprovadas através de documentos fiscais (notas fiscais, cupons fiscais, recibos) corretamente preenchidos.

# Fundação Agência das Bacias PCJ

Criada e instalada segundo as Leis Estaduais (SP) nº 7.663/91 e nº 10.020/98



6) Estabelecer que poderão ter as despesas de viagem pagas pela Fundação Agência das Bacias PCJ os funcionários, os estagiários, devidamente autorizados por seus superiores, assim como os Colaboradores Eventuais, que são pessoas físicas sem vínculos empregatícios com a Fundação que realizarem viagens como representantes da Fundação ou dos Comitês PCJ, com a devida indicação do Diretor Presidente da Agência das Bacias PCJ, dos Presidentes do Conselho Deliberativo ou Conselho Fiscal ou do Secretário Executivo dos Comitês PCJ.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Piracicaba, 24 de janeiro de 2011.

**BARJAS NEGRI**

Diretor Presidente da Agência das Bacias PCJ



**ANEXO I – PORTARIA 08/2011**



**VALORES LIMITES PARA DESPESAS DE VIAGEM**

<b>DESPESA</b>	<b>LOCAIS</b>	<b>TIPO</b>	<b>VALORES (EM UFESP)</b>
HOSPEDAGEM (por pernoite)	Outros Locais	(Tipo I)	<b>Até 10</b>
	Brasília	(Tipo II)	<b>Até 15</b>
REFEIÇÕES (por dia)	Outros Locais	Tipo I (duração 6 e 12 horas)	<b>Até 2,5</b>
		Tipo II (duração superior a 12 h)	<b>Até 5</b>
	Brasília	Tipo III	<b>Até 7,5</b>
TAXI (por dia)	Brasília	Tipo I	<b>Até 10</b>
	Outros Locais	Tipo II	<b>Até 6</b>

VALOR DA UFESP (Unidade fiscal do Estado de São Paulo) para o período de 01/01/2011 a 31/12/2011 é de : **R\$ 17,45 (dezesete reais e quarenta e cinco centavos).**

# Fundação Agência das Bacias PCJ

Criada e instalada segundo as Leis Estaduais (SP) nº 7.663/91 e nº 10.020/98



## PORTARIA 08/2011 - ANEXO II

### RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VIAGENS

SITUAÇÃO FUNCIONAL:  FUNCIONÁRIO  ESTAGIÁRIO  COLABORADOR EVENTUAL

Mês de:	Folha nº:	
Nome:		
Data: ___/___/___	Horário Saída:	Horário Chegada:
Motivo da Viagem:		

1 - DESPESAS COM TRANSPORTE // LOCOMOÇÃO	
Trem / Metro / Ônibus / Táxi:	R\$
Estacionamento:	R\$
Pedágio:	R\$
Combustível:	R\$
Despesas Diversas:	R\$
Sub-Total	R\$

2 - DESPESAS COM REFEIÇÕES	
Almoço:	R\$
Jantar:	R\$
Sub-Total	R\$

3 - DESPESAS COM HOSPEDAGEM	
Estadia / Pernoite:	R\$

4 - OUTRAS DESPESAS // OBSERVAÇÕES	
R\$	

TOTAL	R\$
(-) GLOSAS	R\$
TOTAL GERAL	R\$

Declaro que as despesas acima apontadas seguem as instruções Internas da Fundação Agência das Bacias PCJ e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e que não foram custeadas com recursos financeiros de outras fontes. Este demonstrativo é de minha responsabilidade.

Piracicaba, ..... de ..... de 2011.






(Assinatura)





# Blog SPEDNews

Criado pela ASIS Projetos | Uma empresa do Grupo VerbaNet.

Acompanhe nas Redes Sociais:     

Digite a(s) pala

**BUSCAR**

- [Home](#)
- [EFD PIS/COFINS](#)
- [Geral](#)
- [Mitos e Verdades sobre o Sped](#)
- [NF-e](#)
- [Sped Contábil](#)
- [Sped Fiscal](#)
- [Contato](#)

## SP – Divulgado o valor da Ufesp para o exercício de 2011

Posted by [Daianny Ribeiro](#) in segunda-feira, dezembro 20th 2010

Topics: [Geral](#)

Tags: [SP UFESP 2011](#), [UFESP](#), [UFESP 2011](#)

[1 Comment](#) 11.605 visualizações

★★★★★ (5 Votos, Média: **4,20** Total de 5)

Comunicado DA nº 88/2010 – DOE SP de 18.12.2010

*Divulga o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo – UFESP para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011.*

A Diretora da Diretoria de Arrecadação, considerando o que dispõe o artigo 603 das Disposições Finais do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30/11/2000 (D.O. de 1/12/2000), comunica que o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo – UFESP, para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, será de R\$ 17,45 (dezesete reais e quarenta e cinco centavos).

**Compartilhar este Post:**



### Posts Relacionados

[PIRELLI E GOODYEAR AUTUADAS EM R\\$ 101 MILHÕES PELA RECEITA ESTADUAL](#)

[PIS/COFINS – Despesas com Frete em operações entre filiais](#)

[SEFAZ TO – Credenciamento do Sped agora é on-line](#)

[ICMS/SP – Alterações na base de cálculo da ST de sorvetes](#)

[ICMS/SP – Alterações nas disposições do Domicílio Eletrônico do Contribuinte – DEC](#)

### • Newsletter

Receba via e-mail as últimas atualizações do blog:



7 motivos para você conhecer a ferramenta que facilita as operações sujeitas ao regime de Substituição ã



**ANEXO I – PORTARIA 08/2011****VALORES LIMITES PARA DESPESAS DE VIAGEM**

<b>DESPESA</b>	<b>LOCAIS</b>	<b>TIPO</b>	<b>VALORES (EM UFESP)</b>	<b>VALORES (EM RS)</b>
HOSPEDAGEM (por pernoite)	Outros Locais	(Tipo I)	<b>Até 10</b>	<b>184,40</b>
	Brasília	(Tipo II)	<b>Até 15</b>	<b>276,60</b>
REFEIÇÕES (por dia)	Outros Locais	Tipo I (duração 6 e 12 horas)	<b>Até 2,5</b>	<b>46,10</b>
		Tipo II (duração superior a 12 h)	<b>Até 5</b>	<b>92,20</b>
	Brasília	Tipo III	<b>Até 7,5</b>	<b>138,30</b>
TAXI (por dia)	Brasília	Tipo I	<b>Até 10</b>	<b>184,40</b>
	Outros Locais	Tipo II	<b>Até 6</b>	<b>110,64</b>

VALOR DA UFESP (Unidade fiscal do Estado de São Paulo) para o período de 01/01/2012 a 31/12/2012 é de: **RS 18,44 (dezoito reais e quarenta e quatro centavos).**



## V - RELATÓRIOS E PARECERES



**COMPLEMENTO AO RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**PORTARIA CGU – ANEXO I – Item 3.3.3.4.a**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para fins de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL que, no exercício de 2011, as recomendações dos órgãos do sistema de controle interno junto à Fundação Agência das Bacias PCJ Agência de Água PCJ estão descritas no documento anexo.

Piracicaba, 05 de fevereiro de 2012.

  
**SÉRGIO RAZERA**  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**





AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS  
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA  
SPO - SETOR POLICIAL SUL - ÁREA 5 - QUADRA 3 - BLOCOS B, L, M E T  
70610-200 BRASÍLIA / DF



**ANA**

A SENHORA  
ADRIANA A. R. V. ISENBURG  
DIRETORA TÉCNICA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ  
RUA ALFREDO GUEDES, Nº1949, EDIFÍCIO RACZ CENTER, SALAS  
603/604/802 - HIGIENÓPOLIS  
13416-901 PIRACICABA /SP

REFERÊNCIA: OFÍCIO 27/PCJ - 00000.001515/2012-79





## RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório AUD nº 29/2011, de 8/8/2011

**I – Identificação**

Contrato : nº 0195.902-14/2006/CONSÓRCIO PCJ/CAIXA  
Valor : R\$ 1.181.397,99.  
Contratante : Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ  
Agente operador : Caixa Econômica Federal - CEF  
Contratado : Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP  
Unidade auditada : Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**II – Escopo dos Trabalhos**

1. Os trabalhos foram realizados na Superintendência de Gestão de Empreendimentos da Metropolitana, na cidade de São Paulo (SP), nos dias 25 a 27/7/2011, com o objetivo de verificar o cumprimento do disposto na legislação em vigor, principalmente a Lei nº 8.666/1993 e as cláusulas contratuais.
2. A seleção dos itens nos trabalhos de auditoria consistiu na análise da boa e correta aplicação dos recursos repassados, obedecido do roteiro do programa arquivado em separado.

**III – Resultado dos Exames****Assunto 1: Formalização Legal**

3. O Contrato foi celebrado em 19/12/2006, entre o Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ, por intermédio da Caixa Econômica Federal, e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. Teve como objeto a “adequação da estação de tratamento de esgoto - ETE SEDE – Nazaré Paulista/SP”. Com vigência até 19/6/2008, o Contrato teve recursos totais de R\$ 640.791,87, sendo R\$ 512.633,50 de recursos do PCJ, mais R\$ 128.158,37 de contrapartida da Contratada. O extrato foi publicado no DOU de 21/12/2006. A vigência foi sucessivamente prorrogada por carta-reversal ou termo aditivo, sendo a última até 30/6/2011, por termo aditivo de 29/12/2010. Com base no Parecer Técnico de Reprogramação nº 2, de 16/4/2010, da CAIXA, em 23/7/2010 foi celebrado termo aditivo para alterar a contrapartida para R\$ 668.764,49, ficando o total do contrato em R\$ 1.181.397,99.

**Assunto 2: Licitações e contratos**

4. Tomada de preços ME 44182/08 – Em 8/9/2008 foi emitida a Solicitação de Licitação para contratação de empresa especializada para executar as obras de ampliação e adequação da Estação de Tratamento de Esgotos/Sede do município de Nazaré Paulista – Unidade de







Negócio de Tratamento de Esgotos da Metropolitana – Diretoria Metropolitana – M. A justificativa trouxe que a contratação visa garantir a melhoria das condições de tratamento da E-TE, a qual se encontra em operação desde 1982, atualmente com a capacidade limitada para atender integralmente os requisitos legais (arts. 14 e 34 da Resolução CONAMA nº 357 e arts. 11, 18 e 19ª do Decreto Estadual nº 8.468. O valor da requisição montou R\$ 1.490.602,57 e o prazo previsto de 272 dias. O Parecer Jurídico do edital e minuta de contrato foi lavrado em 24/9/2008. O Edital de 24/9/2008 foi divulgado na página da Internet em 25/9/2008, e a habilitação prevista para 25/9/2008. O processo foi enquadrado no tipo “menor preço” e a execução por “empreitada por preço unitário”. A publicação no DOU, no DOE-Empresarial e no Agora SP é de 25/9/2008 e informam que o *download* na página da SABESP poderá ser feito por empresas cadastradas e com senha de acesso. Em 14/10/2008 foi publicado aviso de que os esclarecimentos solicitados pelos licitantes foram prestados em *download* na página da SABESP, onde 19 empresas retiraram o documento. A divulgação também foi feita mediante ofícios dirigidos à Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas, à Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, ao Sindicato de Micro e Pequena Indústria de São Paulo – SIMPI e ao SEBRAE-SP, de modo que as entidades repassassem a informação aos respectivos filiados.

5. O Relatório Final da Comissão Especial de Licitação traz que foram apresentadas três propostas, das empresas Exemplo Empreendimentos de Engenharia Ltda. (R\$ 1.488.100,00), Toltec Engenharia e Construção Ltda. (R\$ 1.430.692,43) e Wüstenjet Engenharia, Saneamento e Serviços Ltda. (R\$ 1.124.872,54). Presentes os representantes das três empresas, estes abdicaram de recurso quanto ao resultado. As três foram habilitadas O ato de homologação/adjudicação foi firmado em 16/10/2008 à empresa Wüstenjet (CNPJ 48.621.395/0001-76) e publicado o resultado no DOE Empresarial de 23/10/2008. Em 31/10/2008 foi celebrado o Contrato, com vigência de 270 dias consecutivos e ininterruptos a partir da data fixada na Autorização de Serviços de 11/11/2008, ou seja, início em 12/1/2008 e término até 8/8/2009. Publicado o extrato no DOE Empresarial de 1/11/2008. Foi designado administrador do Contrato o Engº Roberto de Moura Ferrão. Foi prestada garantia em Carta de Fiança de 27/10/2008, no valor de R\$ 56.243,02, por 390 dias, ou seja, a partir de 21/10/2008 até 21/11/2009. Em razão da fiança com vigência de 120 dias mais do que a vigência do Contrato, o segmento de Licitações da SABESP informou que, em se tratando de obras, adota o procedimento, de forma que no caso de eventual prorrogação não seja necessário solicitar fiança complementar. Em 29/6/2009, a empresa solicitou aditamento de prazo por 120 dias, até 7/12/2009. As justificativas trazem que ocorreram imprevistos no transcorrer das obras: alteração do projeto das fundações da Portaria (sapatas de concreto foram modificadas para estacas pré-moldadas de concreto); aumento das quantidades de serviços decorrente da construção de mais um sanitário (por solicitação da SABESP); a execução de sub-base de brita graduada (devido à má qualidade do solo); e a inclusão de serviços extracontratuais. Mostrou-se que a empresa não teve responsabilidade pelas ocorrências. Em consequência do alongamento do prazo ocorreu a revisão do fator de reajustamento a partir de 1/10/2009. Em 22/7/2009 foi lavrado o parecer jurídico com manifestação favorável. Em 6/8/2009 foi celebrado o 1º aditivo, para rever o fator de reajustamento e prorrogar a vigência até 7/12/2009. Publicado o extrato no DOE de 7/8/2009. Em seguida, em 25/11/2009, a empresa solicitou a inclusão dos serviços extracontratuais e nova prorrogação por 90 dias. O parecer jurídico favorável foi lavrado em 1/12/2009, e em 7/12/2009 foi celebrado o 2º Termo, publicado no DOE de 17/12/2009, prorrogando a vigência até 7/3/2010. O parecer jurídico de 5/2/2010 embasou a celebração do terceiro aditivo para alterar a planilha de orçamento e revisar os quantitativos e valores dos preços contratuais e extracontratuais, e aditar R\$ 56.525,44 ao valor do Contrato, que passou ao montante de R\$ 1.181.397,98. O valor do acréscimo de R\$ 56.525,44 corres-



ponde a R\$ 5.648,35 de serviços contratuais e R\$ 50.877,09 de extracontratuais. O 3º Termo foi celebrado em 1/3/2010, publicado o extrato no DOE de 2/3/2010, sendo que em 25/2/2010 foi apresentada Carta de Fiança do Banco Potencial, n valor de R\$ 2.826,27, como reforço de garantia. Em 21/6/2010, a empresa solicitou a lavratura do Termo de Recebimento Provisório da Obra; em 28/6/2010 foi lavrado o Recebimento Técnico Provisório pela SABESP. Em 5/7/2010 a GSS, gerenciadora da obra contratada pela SABESP considerou encerradas as obras, atestando aptidão para recebimento provisório.

### Assunto 3: Execução orçamentária e financeira

6. A movimentação dos recursos é a que segue:

ENTRADAS	VALOR-S
Recursos do PCJ	512.633,50
Recursos de contrapartida	668.764,49
<b>TOTAL</b>	<b>1.181.397,99</b>
SAÍDAS	
Pagamento com:	
Recursos do PCJ .....	R\$ 503.354,54
Recursos de contrapartida .....	R\$ 661.690,15
	1.165.044,69
Recursos não utilizados:	
Do PCJ .....	R\$ 9.278,96
De contrapartida .....	R\$ 7.074,34
	16.353,30
<b>TOTAL</b>	<b>1.181.397,99</b>

### Assunto 4: Pagamentos por conta do contrato

7. Os pagamentos foram realizados com observância das instruções legais pertinentes, cabendo registrar que a SABESP adota o procedimento de efetuar os pagamentos aos fornecedores mediante o atestado técnico das suas medições e do recebimento de serviços para, posteriormente, ressarcir-se da Caixa Econômica Federal. A SABESP arcou com o pagamento de reajustes contratuais no montante de R\$ 11.383,14.

### Assunto 5: Execução física

8. A execução física está atestada pela CAIXA no Relatório de Acompanhamento de Engenharia - RAE de 31/1/2011, com percentual total de 98,62%. Consta do documento que "a obra está praticamente concluída e está em operação, apenas faltam serviços e pendências de urbanização anotadas pela SABESP".

9. Não foi lavrado o termo de recebimento definitivo da obra, conforme determina a alínea "b" do Inciso-I, art. 73 da Lei nº 8.666/1993. O administrador do Contrato, Engº Roberto Ferrão, informou que a obra ainda depende de pequenos ajustes para que a empresa possa complementar o *as built* e firmar o termo definitivo.

10. Recomendamos à Fundação PCJ que solicite à SABESP providências imediatas para que sejam realizados os ajustes finais na obra, de forma que seja lavrado o termo de recebimento definitivo da obra, em cumprimento do que determina a alínea "b" do Inciso I, art. 73 da Lei nº 8.666/1993, porquanto o Contrato com a empresa teve vigência até 7/3/2010 e o último pagamento foi realizado em dezembro daquele ano.



**[V – Conclusão**

11. Pelo que nos foi dado observar, a execução do Contrato teve curso regular, estando na dependência da lavratura do termo definitivo de recebimento da obra, objeto da recomendação à Fundação PCJ, constante do item 10 retro.

  
**IVARLINDO ALBUQUERQUE LUNA**  
Gerente Executivo

De acordo, em 9 / 8 /2011



*Comar da Costa Barros  
Presidente no  
Agência Nacional de Águas*

Encaminhe-se cópia para:  
GAB, SAF, CACG, Fundação PCJ e SFC/CGU



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Documento nº



1

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório AUD nº 35/2011, 4/10/2011

### I Identificação

Contrato de Gestão : nº 0003/2011/ANA  
Valor : R\$ 65.789.176,82  
Contratante : Agência Nacional de Águas – ANA  
Contratado : Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.  
Unidade Auditada : Sede da Fundação Agência PCJ – Piracicaba – Estado de São Paulo  
Tipo de Auditoria : ANOp

### II Introdução

1. Trata este Relatório de Auditoria do resultado dos exames realizados junto à Fundação Agência PCJ, no município de Piracicaba/SP, no período de 15/9/2011 a 21/9/2011, abrangendo o primeiro semestre do ano de 2011.

### III Escopo dos Trabalhos

2. Os trabalhos foram realizados com o objetivo de verificar o cumprimento do disposto na legislação em vigor, principalmente as Leis nºs 9.433/1997 e 10.881/2004, e as Resoluções ANA nºs 424/2004 e 464/2005. A auditoria constituiu na análise da boa e correta aplicação dos recursos repassados e do cumprimento da legislação aplicável.

### IV Formalização Legal

3. O Contrato de Gestão nº 0003/2011/ANA, Processo nº 02501.001324/2010-20 foi celebrado em 24/1/2011, com vigência até 31/12/2020, entre a Agência Nacional de Águas – ANA e Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

4. O acompanhamento e a fiscalização, no âmbito da ANA, estão a cargo da Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos – SAG e da CACG – Comissão de Acompanhamento de Contratos de Gestão celebrados entre a ANA e entidades delegatárias de funções de Agências de Água, instituídas pela Resolução nº 506, de 25/11/2005 e em conformidade com a Lei nº 10.881, de 2004.





## V Resultado dos Exames

5. Os processos licitatórios para Seleção de Fornecedores e os de Dispensa foram realizados em conformidade com o Regulamento para Aquisição e Alienação de Bens e para a Contratação de Obras e Serviços pelas Entidades Delegatárias das Funções de Agência de Água, aprovado pela Resolução ANA nº 424, de 4/8/2004, nos termos da Lei nº 10.881/2004.

6. A Agência PCJ, no primeiro semestre de 2011, realizou compras e contratações no montante de R\$ 283.354,00, com fulcro nas disposições da Resolução ANA nº 424/2004, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Modalidade	Quantidade	Valor – R\$
Pedidos de cotação – I, Art. 9º	2	18.987,36
Coleta de Preços – II, Art. 9º	2	61.826,00
Dispensa de Seleção – Art. 13	35	93.930,64
Pregão	2	109.150,00
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>283.354,00</b>

A regularidade fiscal foi comprovada por todas as empresas contratadas.

## 7. Processos Licitatórios

### 7.1 Processo nº 4/11

Objeto: Aquisição de um gravador de voz.

A pesquisa de preço foi realizada via Internet, tendo a Empresa PCMALL Comércio, Importação e Distribuição Ltda. ME, CNPJ 10.328.727/0001-56 cotado o menor preço de R\$ 1.035,00.

#### 7.1.1 Constatação

O pagamento no valor de R\$ 1.077,40 (produto R\$ 1.035,00 e frete de R\$ 42,40), foi efetuado à ILAN Tech Comércio Imp. E Exp. Ltda. CNPJ 05.970.23/0001-42, por boleto bancário junto ao Banco do Brasil S/A, embora a Nota Fiscal nº 215, tenha sido emitida, em 1/4/2011, pela empresa PCMALL Comércio, Importação e Distribuição Ltda. ME, CNPJ 10.328.727/0001-56.

#### 7.1.2 Recomendação à Fundação PCJ

**Adotar medidas de cautela ao efetuar compras via Internet, no sentido de evitar impropriedades como a relatada acima, isto é, o documento fiscal foi emitido por uma empresa e o pagamento realizado a outra, com razão social e CNPJ diferentes.**

### 8.1 Processo nº 7/11

Objeto: Aquisição de material de limpeza para copa/cozinha

A pesquisa de preços foi realizada, por telefone, junto a três empresas, tendo a Foflimp Comércio de Produtos de Limpeza Ltda. ME, CNPJ 02.656.001/0001-14, apresentado a a menor cotação, de R\$ 423,52, cujo pagamento foi efetuado em 1/4/2011, junto à Agência do Banco Itaú, mediante apresentação da Nota Fiscal (DANFE), DE 30/3/2011.



#### 8.1.1 Constatação:

A pesquisa de preços foi realizada e assinada por uma estagiária, não pertencente ao quadro de funcionários da Fundação PCJ.

#### 8.2 Processo nº 8/11

Objeto: Contratação de serviço de coffee-break para Curso Preparatório de Tomadores de Recursos da Cobrança Federal PCJ para 80 pessoas

A pesquisa telefônica realizada em três empresas, indicou que o menor preço aceito, foi ofertado pela empresa: Padaria Santa Isabel de Piracicaba Ltda. CNPJ 53.886.222/0001-10, de R\$ 800,00 (R\$ 5,00 por pessoa), cujo pagamento, no valor de R\$ 800,00, por depósito em Agência junto à CAIXA, em 20/4/2011, pela apresentação da Nota Fiscal nº 1837, de 14/4/2011

#### 8.3 Processo 15/11

Objeto: Contratação de serviço de coffee-break para Reunião de eleições para as Câmaras Técnicas, para atendimento de um total de 240 pessoas, nos eventos: em 1/6/2011 (80 pessoas); em 8/6/2011 (80 pessoas); 10/6/2011 (40 pessoas) e 16/6/2011 (40 pessoas).

Como resultado da pesquisa telefônica, foi aceito o menor preço que foi ofertado pela empresa Ponto Oito Organização de Eventos Ltda. ME CNPJ 12.402.840/0001-60, de R\$ 1.560,00 (R\$ 6,50 por pessoa).

O pagamento, por depósito bancário junto à Agência do Banco Itaú, foi realizado em 21/6/2011, mediante a apresentação da Nota Fiscal nº 12, de 16/6/2011.

#### 8.4 Processo nº 16/11

Objeto: Contratação de serviço de coffee-break para Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais, em Santa Bárbara d'Oeste, em 21 e 22/6/2011, para dois eventos com 60 pessoas, em cada um.

A pesquisa realizada em três empresas indicou que o menor preço foi apresentado por Triade Panificadora Ltda., CNPJ 65.664.492/0001-65, de R\$ 1.200,00 (R\$ 10,00 por pessoa).

O pagamento de R\$ 1.200,00 à empresa foi realizado por depósito junto à Agência do Banco do Brasil S/A, em 29/6/2011, com a apresentação da Nota Fiscal nº 28, emitida em 22/6/2011.

#### 8.5 Processo nº 26/11

Objeto: Aquisição de aparelho de fac-simile multifuncional.

A pesquisa de preços realizada, por telefone, em três empresas, tendo a empresa SOS Informática Piracicaba Ltda. EPP, CNPJ 00.868.634/0001-60, cotado R\$ 280,77, indicado como o menor preço.

A Nota Fiscal (DANFE) nº 25440, de 27/6/2011, no valor de R\$ 280,77, foi paga por depósito bancário junto ao Banco do Brasil S/A em 25/7/2011.

#### 8.6 Processo nº 27/11

Objeto: Aquisição de envelopes A3 260x360- 8 caixa com 250 unidades, cada.



O resultado da pesquisa telefônica realizada em três empresas, registrou que a menor cotação foi ofertada por Líder Piracicaba Papelaria Ltda. CNPJ 64.641.780/0001-31, de R\$ 33,39 por caixa, totalizando R\$ 267,12, cujo pagamento, mediante apresentação da Nota Fiscal (DANFE) 13953, 30/6/2011, ocorreu em 13/7/2011, por boleto junto ao Banco Itaú em 13/7/2011.



9. Constatações

- a) pesquisas realizadas e assinadas por estagiárias – Itens 8.2; 8.3; 8.5 e 8.6;
- a) a pesquisa foi aprovada por Ivens de Oliveira p/Sérgio Razera, sem delegação formal para tal – item 8.2;
- b) produtos recebidos por estagiárias, quando deveria ter sido recebido por funcionário do quadro efetivo da Fundação Agência PCJ; - Item 8.5 ;
- c) nos termos de referência, bem como nos orçamentos colhidos não está explicitado o tipo de alimentação não consta um rol – cardápio – com as espécies de alimentos que comporiam os coffee-breaks a serem servidos - Itens 8.2; 8.3 e 8.4;
- d) nas Notas Fiscais de prestação dos serviços não foi anexada lista de presença dos participantes, ou cópia da ata da reunião, que possa comprovar a quantidade efetiva de participantes no evento - Itens 7.2; 7.3 e 7.4;
- e) atesto em documento fiscal sem assinatura constando apenas o nome do funcionário – Item 8.5.

10. Recomendações à Fundação Agência PCJ:

- a) **que não cometa a estudantes estagiários atribuições que não sejam compatíveis com a grade curricular e que não façam parte de seu contrato de estágio, para cumprimento do que está estabelecido no Inciso III, Art. 3º da Lei nº 11.788, de 25/9/2008 e dispense atenção aos ditames do Art. 15 do referido diploma legal;**
- b) **que evite a assinatura em documentos por um funcionário em nome de outro, sem a formalização de documento delegatório de poder para tal;**
- c) **que, em casos futuros, elabore o termo de referência com maiores detalhes, vez que o julgamento das propostas esta estritamente vinculado a critérios e fatores estabelecidos no ato convocatório e deve ser objetivo, a fim de garantir transparência aos atos processuais;**
- d) **que para efeito de comprovação das despesas, adote o procedimento de anexar ao documento fiscal apresentado pela empresa contratada, a lista de presença dos participantes, com os detalhes indicados na letra “c” do subitem acima, em cumprimento ao que estabelecem os arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964 e o art. 36 do Decreto n 93.872/1986, bem como o disposto no Acórdão n 2.089/2009 – TCU Plenário;**
- e) **que observe com rigor a obrigação de se colocar o atesto de recebimento por parte de um funcionário/comissão nas Notas Fiscais em todas as compras, vez que a atestação é caracterizada com a declaração e**



assinatura do responsável na nota fiscal/fatura ou documento equivalente, conforme estabelece o Acórdão 1710/2006 - TCU Primeira Câmara.



## VI Execução Orçamentária e Financeira

11. A movimentação financeira da Fundação Agência PCJ, até 30/6/2011, está demonstrada nos quadros abaixo:

### Entradas

Espécie	Valor – R\$
Saldo de recursos federais em 31/12/2010	56.949.932,33
Transferência de recursos públicos	
- 14/3/2011.....R\$ 4.492.383,03	
- 26/4/2011.....R\$ 1.379.296,06	
- 1/6/2011.....R\$ 1.483.748,45	
- 21/6/211.....R\$ 1.483.816,95	8.839.244,49
Rendimento de Aplicações financeiras Ag CAIXA – Oper. 013 – C/ 12282-7	1.628.189,66
<b>TOTAL</b>	<b>67.417.366,48</b>

### Saídas

Espécie	Valor – R\$
Despesas operacionais.....R\$ 330.116,55	
Ações de apoio.....R\$ 31.615,85	
Programas de Recursos Hídricos.....R\$ 4.825.187,29	
CAIXA – Agente Financeiro.....R\$ 241.762,12	5.428.681,81
Saldos Financeiros – Ag. CAIXA	
Oper. 013 – C/ 12282-7 – Poupança.....R\$ 61.911.764,66	
Oper. 003 – C/C 693-5 – Movimento.....R\$ 73.084,64	
Disponível em caixa – espécie.....R\$ 3.835,37	61.988.684,67
<b>TOTAL</b>	<b>67.417.366,48</b>

12. Conforme demonstrativos elaborados pela Fundação PCJ, do saldo bancário (CAIXA – Operação 013 – c/ 12282-7 – Poupança) de R\$ 61.911.764,66, estão comprometidos R\$ 22. 850.683,56, com 25 contratos de repasse firmados ainda na gestão do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência PCJ.

13. Para o exercício de 2012 a Fundação PCJ está elaborando o orçamento financeiro que deverá ser levado à apreciação do Comitê da Bacia no mês de novembro próximo

## VII Conclusão

14. Em nossa opinião, ressaltando as recomendações constantes do subitem 7.1.2 e item 10 a execução do Contrato de Gestão pode ser considerada regular.

**PEDRO DIAS JUNIOR**

Gerente Executivo  
Auditoria Interna

**IVALINDO ALBUQUERQUE LUNA**

Gerente Executivo  
Auditoria Interna

De acordo

Cópias para: GAB, SAF, CACG, Fundação Agência PCJ e SFC/CGU

Em ...../10/2011



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório AUD nº 42/2011, de 29/11/2011

### I – Identificação

Contrato : nº 0297.106-33/2009/CONSÓRCIO PCJ/CAIXA  
Valor : R\$ 118.561,75  
Contratante : Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ  
Agente operador : Caixa Econômica Federal - CEF  
Contratado : Município de Corumbataí – São Paulo  
Unidade auditada : Prefeitura Municipal de Corumbataí - São Paulo

### II – Escopo dos Trabalhos

- Os trabalhos foram realizados na Prefeitura Municipal de Corumbataí/SP, no dia 7/11/2011, com o objetivo de verificar o cumprimento do disposto na legislação em vigor, principalmente a Lei nº 8.666/1993 e as cláusulas contratuais.
- A seleção dos itens nos trabalhos de auditoria consistiu na análise da boa e correta aplicação dos recursos repassados, obedecido o roteiro do programa arquivado em separado.

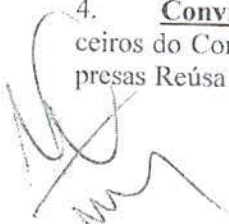
### III – Resultado dos Exames

#### Assunto 1: Formalização Legal

3. O Contrato foi celebrado em 17/11/2009, entre o Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ, por intermédio da Caixa Econômica Federal, e o Município de Corumbataí/SP. Teve como objeto a execução do “Projeto Executivo do Sistema de Tratamento da Fase Sólida da Estação de Tratamento de Esgoto de Corumbataí/SP”. Com vigência até 17/11/2010, o Contrato teve recursos totais de R\$ 118.865,00, sendo R\$ 112.921,75 de recursos federais do Consórcio PCJ, mais R\$ 5.943,25 de contrapartida municipal. Por termos aditivos, a vigência foi alterada para 17/3/2011 e, posteriormente, para 17/7/2011; em 9/5/2011, a contrapartida foi alterada para R\$ 5.640,00. A eficácia do Contrato, conforme reza o item 2.1 da cláusula segunda, esteve condicionada à apresentação de documentação técnica no prazo de 150 dias da data da assinatura do instrumento, para análise da CAIXA em até 30 dias da data da entrega. A Prefeitura declarou, sob as penas da lei, ter cumprido o art. 2º da Lei nº 9.452, de 20/3/2007.

#### Assunto 2: Licitações e contratos

4. **Convite nº 24/2010** – Em 6/5/2010, a Contadoria informou a existência de recursos financeiros do Contrato de Repasse para a execução do objeto. Foram remetidas cartas-convite às empresas Reúsa Conservação Ambiental Ltda., de Jaboticabal/SP, Comersam Comércio e Assistên-





cia em Meio Ambiente Ltda., de São Paulo, e Maximus Engenharia e Consultoria Ltda., de Americana/SP; afixou-se a chamada no quadro de avisos da Prefeitura em 11/5/2010. O valor estimado dos serviços foi de R\$ 118.865,00, constante do Termo de Referência de 31/7/2009. O Parecer Jurídico é de 11/5/2010. A Ata de abertura dos envelopes ocorreu em 18/5/2010. Em 19/5/2010 foi declarada vencedora a empresa Maximus (CNPJ 10.584.250/0001-70), com a proposta de R\$ 112.800,00. De acordo com o § 6º do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, foi aberto prazo recursal de dois dias úteis. Os atos de homologação/adjudicação foram assinados em 24/5/2010, e publicados em 26/5/2010 no Jornal de Rio Claro/SP. Em 25/5/2010 foi celebrado o Contrato nº 65/2010, com vigência de 120 dias contados do dia imediato ao do recebimento da Ordem de Serviço de 28/5/2010, ou seja, **até 26/9/2010**. O extrato do Contrato foi publicado no Jornal de Rio Claro em 27/5/2010.

5. Constatou-se que os dois últimos pagamentos foram realizados após a vigência do Contrato expirada, mas não apenas isto; as próprias notas fiscais foram emitidas após a vigência do Contrato expirada. A saber:

- Nota fiscal 007, de **28/10/2010** – R\$ 68.850,00 - pagamento em **12/11/2010**
- Nota fiscal 0023, de **23/2/2011** – R\$ 5.640,00 – pagamento em **15/3/2011**

Não constatamos a prorrogação da vigência do Contrato nem aplicação de penalidade.

6. Em resposta à Solicitação de Auditoria em mensagem eletrônica de 21/11/2011, a Contratada informou, por meio do Ofício nº 0295/2011, de 28/11/2011:

- que os três primeiros produtos (relatórios) foram entregues dentro do prazo do Contrato;
- que a entrega do último relatório (4ª medição), referente à nota fiscal nº 0023, de 23/2/2011, ocorreu **com atraso de apenas dois meses, com a vigência do Contrato expirada;**
- que a nota fiscal nº 0023, de 23/2/2011, foi emitida com atraso (147 dias após a vigência do Contrato) porque dependia da aprovação do desembolso pela CAIXA, o que somente ocorreu em 21/2/2011;
- que não procedeu à aplicação de penalidade porque não considerou a empresa responsável pelo atraso e que a Prefeitura não foi onerada; e
- que a prorrogação da vigência do Contrato acarretaria demora excessiva na conclusão do objeto do Contrato.

7. **Recomendamos à Fundação PCJ que retransmita orientação à Prefeitura Municipal de Corumbataí/SP, para que, de futuro, em casos semelhantes, promova, ainda dentro da vigência, a celebração de aditivo de prorrogação do prazo contratual, de modo que não se caracterize o “contrato verbal”, ou seja, não ocorra o prosseguimento da execução sem cobertura contratual (§ único do art. 60 da Lei nº 8.666/1993).**

**Assunto 3: Execução orçamentária e financeira**

8. A movimentação dos recursos é a que segue:



ENTRADAS	VALOR-RS
Recursos do PCJ	107.160,00
Recursos da contrapartida	5.640,00
<b>TOTAL</b>	<b>112.800,00</b>
SAÍDAS	
Pagamentos com:	
Recursos do PCJ.....R\$ 107.160,00	*
Recursos da contrapartida.....R\$ 5.640,00	112.800,00
<b>TOTAL</b>	<b>112.800,00</b>

**Assunto 4: Pagamentos por conta do contrato**

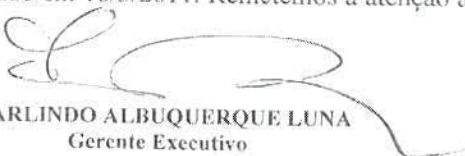
9. Os pagamentos foram realizados com as retenções legais e os respectivos recolhimentos. No curso dos trabalhos, recomendamos à fiscal do Contrato que em cada processo de pagamento de prestação de serviço parcelada deverá ser juntada a comprovação da regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, a Seguridade Social e o FGTS. Merece registro a ocorrência de o último pagamento ter sido realizado mais de 160 dias após o término da vigência do Contrato com a empresa prestadora do serviço (ver item 5).

**Assunto 6: Execução física**


10. O Relatório de Acompanhamento de Engenharia – RAE, de 17/12/2010, traz que os serviços tiveram início em 14/6/2010 e terminaram em 16/9/2010, realizada 100% da execução. O Relatório de Prestação de Contas – OGU foi aprovado pela CAIXA em 27/6/2011.

**IV – Conclusão**

11. Pelo que nos foi dado observar a execução do Contrato foi concluída, tendo o Relatório de Cumprimento do Objeto sido firmado em 16/3/2011. Remetemos à atenção a recomendação constante do item 7 retro.

  
 IVARLINDO ALBUQUERQUE LUNA  
 Gerente Executivo

De acordo, em 01/12/2011

  
 Encaminhe-se cópia para:  
 GAB, SAF, CACG, Fundação PCJ e SFC/CGU

Edmar da Costa Barros  
 Diretor Interno  
 Agência Nacional de Águas

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório AUD nº 43/2011, de 29/11/2011

### I – Identificação

Contrato : nº 0290.015-84/2009/CONSÓRCIO PCJ/CAIXA  
 Valor : R\$ 774.067,90  
 Contratante : Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ  
 Agente operador : Caixa Econômica Federal - CEF  
 Contratado : SAEAN – Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira - São Paulo  
 Unidade auditada : SAEAN – Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira - São Paulo

### II – Escopo dos Trabalhos

- Os trabalhos foram realizados no Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira/SP, no dia 8/11/2011, com o objetivo de verificar o cumprimento do disposto na legislação em vigor, principalmente a Lei nº 8.666/1993 e as cláusulas contratuais.
- A seleção dos itens nos trabalhos de auditoria consistiu na análise da boa e correta aplicação dos recursos repassados, obedecido o roteiro o programa arquivado em separado.

### III – Resultado dos Exames

#### Assunto 1: Formalização Legal

3. O Contrato foi celebrado em 26/5/2009, entre o Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ, por intermédio da Caixa Econômica Federal, e o SAEAN – Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira/SP. Teve como objeto a execução do “Emissário de Esgotos de Três Barras, no município de Artur Nogueira/SP”. Com vigência até 26/9/2010, o Contrato teve recursos totais de R\$ 730.450,64, sendo R\$ 657.405,58 de recursos federais do PCJ, mais R\$ 73.045,06 de contrapartida do contratado SAEAN. A eficácia do Contrato, conforme reza o item 2.1 da cláusula segunda, esteve condicionada à apresentação de documentação técnica no prazo de 150 dias da data da assinatura do instrumento, para análise da CAIXA em até 30 dias da data da entrega. Pela Carta-Reversal nº 1/2010, de 5/1/2010, a condição suspensiva foi prorrogada por mais 180 (150 + 30) dias, ou seja, até 21/5/2010. Por termo aditivo de 9/8/2010, os valores do Contrato foram alterados para R\$ 709.267,90, sendo R\$ 638.341,11 de repasse federal, mais R\$ 70.926,79 de contrapartida. Pelo termo aditivo de 25/3/2011, a contrapartida foi elevada para R\$ 135.726,79, passando o Contrato ao total de R\$ 774.067,90. A vigência foi alterada em três oportunidades, sendo a última, ex-officio em 18/7/2011, até 22/9/2011. O SAEAN declarou, sob as penas da lei, ter cumprido o artigo 2º da Lei nº 9.452/1997.



## Assunto 2: Licitações e contratos

4. **Tomada de Preços nº 03/2010** – em 26/2/2010 a Diretoria Administrativa e Financeira solicitou autorização para abrir processo licitatório para contratar empresa especializada para executar o “Emissário de Esgotos de Três Barras, no município de Artur Nogueira/SP”. O Edital de 26/2/2010, com estimativa de preço de R\$ 730.450,64, foi publicado no DOE e nos jornais São Paulo Agora e Mais (regional) de 27/2/2010. A abertura de envelopes e julgamento da habilitação ocorreu em 29/3/2010, com quatro empresas habilitadas e uma desclassificada. A abertura de propostas ocorreu em 7/4/2010. Apresentaram propostas as empresas Esaga Projetos, Planejamento e Obras Ltda. (R\$ 725.480,28), Baseplan Construtora Ltda. (R\$ 723.028,98), Construnew Construções e Comércio Ltda. (R\$ 719.280,16) e Graciela Montoya Bosqueiro ME (R\$ 709.267,90). Foi declarada vencedora a empresa Graciela Montoya Bosqueiro ME (CNPJ 02.801.909/0001-74), de Artur Nogueira/SP. Os atos de homologação/adjudicação foram assinados em 15/4/2010 e, na mesma data, foi designado fiscal o servidor Eduardo Ferreira de Mello e celebrado o Contrato nº 14/2010, com vigência igual ao cronograma das obras, parte integrante como anexo do Contrato. A publicação do extrato foi feita no jornal O Novo, em 16/4/2010. A Ordem de Serviço foi entregue em 19/4/2010 e, por essa razão, entendemos que a vigência igual ao cronograma de 5 (cinco) meses é contada a partir de 19/4/2010, ou seja, até 18/9/2010. Em 18/10/2010, a empresa solicitou aditivo de preço no valor de R\$ 65.000,00, à vista de novos serviços e materiais decorrentes de alteração no projeto original. Com parecer jurídico de 20/10/2010, em 13/10/2010 foi celebrado o aditivo no valor de R\$ 64.800,00 (9,14% do valor do Contrato), com extrato publicado no jornal O Novo de 22/10/2010. Observou-se que, no Contrato com a empresa, o SAEAN, ao remeter ao cronograma das obras a vigência contratual, entendeu o prazo de cinco meses contado a partir da entrega da Ordem de Serviço de 19/4/2010, ou seja, a vigência até 18/9/2010. Pelo exame da documentação, constatamos: a empresa solicitou o aditivo em 18/10/2010 e o Parecer Jurídico foi lavrado em 20/10/2010, quando o Termo Aditivo já havia sido celebrado em 13/10/2010; e não poderia ter sido celebrado porquanto a vigência do Contrato estava expirada em 18/9/2010. A propósito, o Acórdão nº 1247/2003-TCU-Plenário reza: “**9.1.3 - Não deve ser celebrado termo aditivo de contrato, cujo prazo de vigência tenha expirado, por ausência de previsão legal, observando-se o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993**”; e, a respeito, embora o Contrato não tenha sido prorrogado, lembramos a Decisão nº 451/2000-TCU-Plenário: “**8.2.5 - Não se deve prorrogar contratos após o encerramento de sua vigência uma vez que tal procedimento é absolutamente nulo**”.

5. **Recomendamos à Fundação PCJ que transmita ao SAEAN as seguintes considerações:** observou-se que, no Contrato com a empresa, o SAEAN, ao remeter a vigência contratual ao cronograma das obras, entendeu o prazo de cinco meses contado a partir da entrega da Ordem de Serviço de 19/4/2010, ou seja, a vigência até 18/9/2010. Assim, o aditivo de valor (R\$ 64.800,00) de 13/10/2010 não poderia ter sido celebrado porquanto a vigência do Contrato estava expirada em 18/9/2010. Além disso, pelo exame da documentação, constatamos: a empresa solicitou o aditivo em 18/10/2010 e o Parecer Jurídico foi lavrado em 20/10/2010, quando o Termo Aditivo já havia sido celebrado em 13/10/2010; e não poderia ter sido celebrado porquanto a vigência do Contrato estava expirada em 18/9/2010. A propósito, o Acórdão nº 1247/2003-TCU-Plenário reza: “**9.1.3 - Não deve ser celebrado termo aditivo de contrato, cujo prazo de vigência tenha expirado, por ausência de previsão legal, observando-se o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993**”; de outra parte, embora o Contrato não tenha sido prorrogado, lembramos a Decisão nº 451/2000-TCU-Plenário: “**8.2.5 - Não se deve prorrogar contratos após o encerramento de sua vigência uma vez que tal procedimento é abso-**







lutamente nulo”. Assim sendo, de futuro, abstenha-se de celebrar aditivos com a vigência de contrato expirada, e procure determinar claramente a vigência dos contratos, de modo que possa exercer controle do prazo, lembrando, também, o § 3º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, que diz que “é vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado”.

### Assunto 3: Execução orçamentária e financeira

6. A movimentação dos recursos é a que segue:

ENTRADAS	VALOR-R\$
Recursos do PCJ	638.341,11
Recursos da contrapartida	135.726,79
<b>TOTAL</b>	<b>774.067,90</b>
SAÍDAS	
Pagamentos com:	
Recursos do PCJ. ....R\$ 638.341,11	
Recursos da contrapartida.....R\$ 135.726,79	774.067,90
<b>TOTAL</b>	<b>774.067,90</b>

### Assunto 4: Pagamentos por conta do contrato

7. Os pagamentos foram realizados com as retenções legais e os respectivos recolhimentos. No curso dos trabalhos, recomendamos ao fiscal do Contrato que em cada processo de pagamento de prestação de serviço parcelada deverá ser juntada a comprovação da regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, a Seguridade Social e o FGTS. Merece registro que o último pagamento somente foi realizado em 5/8/2011, conforme a Relação de Comprovantes de Pagamentos – OGU, de 11/8/2011, dez meses depois de expirada a vigência do contrato com a empresa.

### Assunto 6: Execução física

8. O Relatório de Acompanhamento de Engenharia – RAE, de 5/11/2010, traz que a obra teve início em 1/5/2010 o término real em maio de 2011, com 100% de execução.

### IV – Conclusão

9. Pelo que nos foi dado observar, a execução do objeto do Contrato foi concluída e o Relatório de Cumprimento do Objeto firmado em 23/8/2011. Remetemos à atenção a recomendação constante do item 5 retro.

IVARLINDO ALBUQUERQUE LUNA  
Gerente Executivo

De acordo, em 01 / 12 /2011

Edmar da Costa Barros  
Avaliador Interno  
Agência Nacional de Águas

Encaminhe-se cópia para:  
GAB, SAF, CACG, Fundação PCJ e SFC/CGU



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório AUD nº 45/2011, de 29/11/2011

### I – Identificação

Contrato : nº 0299.811-16/2009/CONSÓRCIO PCJ/CAIXA  
Valor : R\$ 145.000,00  
Contratante : Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ  
Agente operador : Caixa Econômica Federal - CEF  
Contratado : SAEAN – Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira - São Paulo  
Unidade auditada : SAEAN – Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira - São Paulo

### II – Escopo dos Trabalhos

- Os trabalhos foram realizados no Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira/SP - SAEAN, no dia 10/11/2011, com o objetivo de verificar o cumprimento do disposto na legislação em vigor, principalmente a Lei nº 8.666/1993 e as cláusulas contratuais.
- A seleção dos itens nos trabalhos de auditoria consistiu na análise da boa e correta aplicação dos recursos repassados, obedecido o roteiro do programa arquivado em separado.

### III – Resultado dos Exames

#### Assunto 1: Formalização Legal

3. O Contrato foi celebrado em 5/11/2009, entre o Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ, por intermédio da Caixa Econômica Federal, e o SAEAN – Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira/SP. Teve como objeto a execução de “Termo de Referência para Elaboração de Projeto Básico de Redução de Perdas Através de Reaproveitamento de Água no Processo do Sistema de Tratamento, Desidratação e Disposição final dos Lodos da ETA II, no município de Artur Nogueira/SP”. Com vigência até 5/11/2010, o Contrato teve recursos totais de R\$ 147.225,50, sendo R\$ 132.502,95 de recursos federais do Consórcio PCJ, mais R\$ 14.722,55 de contrapartida do contratado SAEAN. Por termo aditivo de 10/9/2010, o valor do Contrato foi alterado para R\$ 145.000,00, sendo R\$ 130.500,00 de repasse federal, mais R\$ 14.500,00 de contrapartida. Por termos aditivos, a vigência foi prorrogada para 5/5/2011, depois para 1/11/11 e, em 18/10/2011, o SAEAN solicitou à CAIXA nova prorrogação por mais seis meses. O SAEAN declarou, sob as penas da lei, ter cumprido o artigo 2º da Lei nº 9.452/1997.

#### Assunto 2: Licitações e contratos

4. **Convite nº 6/2010** – em 31/3/2010 a Diretoria Administrativa e Financeira solicitou autorização para abrir processo licitatório para contratar empresa especializada para elaborar o “Projeto Básico de Redução de Perdas Através de Reaproveitamento de Água no Processo do Sistema de





Tratamento, Desidratação e Disposição final dos Lodos da ETA II, no município de Artur Nogueira/SP". O Edital de 5/4/2010, com estimativa de preço de R\$ 147.225,50, foi publicado no quadro de avisos e a carta-convite remetida a cinco empresas. A abertura de envelopes e julgamento da habilitação ocorreu em 15/4/2010, com todas as empresas habilitadas. A abertura de propostas ocorreu em 22/4/2010, tendo apenas três empresas apresentado propostas. Foi proclamada vencedora a empresa N.S. Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. (CNPJ 02.470.978/0001-42), com a proposta de R\$ 145.000,00. Os atos de homologação/adjudicação foram assinados em 30/4/2010. Na mesma data, foi designado fiscal o servidor Eduardo Ferreira de Mello e celebrado o Contrato nº 15/2010, com vigência **"a partir da assinatura e seu término dar-se-á quando encerrarem todas as obrigações previstas no mesmo, e ou na proposta apresentada, e ou no Edital do Convite nº 6/2010", ou seja, com vigência indeterminada.** A publicação dos atos de homologação/adjudicação e o extrato do Contrato ocorreram no jornal O Regional de 4/5/2010. A Ordem de Serviço foi entregue em 4/5/2010.

5. **Recomendamos à Fundação PCJ que transmita ao SAEAN as seguintes considerações:** reza a cláusula de vigência do Contrato nº 15/2010, celebrado com a empresa N.S. Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda.: vigência **"a partir da assinatura e seu término dar-se-á quando encerrarem todas as obrigações previstas no mesmo, e ou na proposta apresentada, e ou no Edital do Convite nº 6/2010", ou seja, constata-se que o Contrato tem prazo de vigência indeterminado.** Abstenha-se, portanto, o SAEAN, de celebrar contratos com vigência indeterminada, porquanto é situação vedada pelo § 3º do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### Assunto 3: Execução orçamentária e financeira

6. A movimentação dos recursos até o encerramento dos nossos trabalhos é a que segue:

ENTRADAS	VALOR-R\$
Recursos do PCJ	85.230,00
Recursos da contrapartida	9.470,00
<b>TOTAL</b>	<b>94.700,00</b>
<b>SAÍDAS</b>	
Pagamentos com:	
Recursos do PCJ.....R\$ 85.230,00	
Recursos da contrapartida.....R\$ 9.470,00	94.700,00
<b>TOTAL</b>	<b>94.700,00</b>

#### Assunto 4: Pagamentos por conta do contrato

7. Os pagamentos foram realizados com as retenções e os respectivos recolhimentos. No curso dos trabalhos, recomendamos ao fiscal do Contrato que em cada processo de pagamento de prestação de serviço parcelada deverá ser juntada a comprovação da regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, a Seguridade Social e o FGTS.

#### Assunto 6: Execução física

8. Pela execução demonstrada, até o encerramento dos nossos trabalhos, dos R\$ 145.000,00 contratados, a empresa N. S. Engenharia somente realizou R\$ 94.700,00, ou seja, 65,31% e, assim mesmo, até 11/3/2011. Consultada a respeito, a Diretora de Serviços do SAEAN, Maria Augusta P. Machado, informou que "no dia 15 de dezembro de 2010 foi encaminhado à Caixa o Boletim de medição, mas foi liberado o pagamento apenas parcialmente, pois a empresa não cumpriu to-





das as etapas descritas no Termo de Referência. Com isso, a CAIXA liberou o pagamento de apenas R\$ 29.484,00, no dia 11/03/2011, sendo este o último pagamento realizado. Após esse período, a empresa fez adequações, as quais foram encaminhadas no dia 10/10/2011 à CAIXA, que, após essa entrega, teve o prazo para avaliação dos documentos pelos técnicos, e também um período em que empregados da Instituição estiveram em greve; no dia 17 de novembro próximo passado, a Diretora Maria Augusta esteve na CAIXA para tratar das pendências do Contrato, tendo ficado acordado que a empresa deverá entregar todos os relatórios e orçamentos até o final da 1ª quinzena de dezembro próximo.


9. **Recomendamos à Fundação PCJ que promova gestões de acompanhamento da execução do Contrato nº 15/2010, junto ao SAEAN, visando sua conclusão, porque está em andamento por mais de um ano e seis meses, desde sua celebração em 30/4/2010, e tem vigência indeterminada, em desacordo com o § 3º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.**

#### IV – Conclusão

10. Pelo que nos foi dado observar, a execução do objeto do Contrato de Repasse não foi concluída, malgrado decorridos mais de um ano e seis meses da assinatura do Contrato com a empresa, requerendo gestões imediatas de parte da Fundação PCJ junto ao Contratado SAEAN. Remetemos à atenção as recomendações constantes dos itens 5 e 9 retro.

  
**IVARLINDO ALBUQUERQUE LUNA**  
Gerente Executivo

De acordo, em 01 / 12 / 2011

  
Encaminhe-se cópia para:  
GAB, SAF, CACG, Fundação PCJ e SFC/CGU

Edmar da Costa Barros  
Avaliador Interno  
Agência Nacional de Águas

Piracicaba, 16 de janeiro de 2012.



OFÍCIO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ Nº. 027/2012

Assunto: **Providências relativas às recomendações dos relatórios de auditoria**

Prezado Senhor,

Conforme solicitações e recomendações dos relatórios de auditoria dos contratos de repasse abaixo citados, seguem as explicações das providências tomadas por esta agência junto à CAIXA ECONOMICA FEDERAL e junto ao TOMADOR, conforme segue:

**- Contrato Nº 0195.902-14/2006 – SABESP – Relatório AUD nº 29/2011**

Agência das Bacias PCJ enviou e-mail à CEF solicitando providências imediatas para que sejam realizados os ajustes finais na obra, de forma que seja lavrado o termo de recebimento definitivo da mesma. De igual modo, enviou ofício ao Tomador, encaminhando o relatório de auditoria enfatizando as recomendações listadas no item 10 do referido documento.

**- Contrato Nº 0297.106-33/2009 – Prefeitura Municipal de Corumbataí – Relatório AUD nº 42/2011 de 29/11/2011.**

Agência das Bacias PCJ enviou e-mail à CEF comunicando a irregularidade relativa ao prosseguimento da execução sem a cobertura contratual. De igual modo, enviou ofício ao Tomador, encaminhando o relatório de auditoria enfatizando as recomendações listadas no item 07 do referido documento.

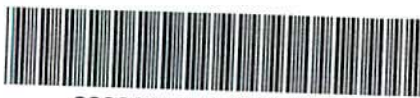
**- Contrato Nº 0290.015-84/2009 – Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira – Relatório AUD nº 43/2011 de 29/11/2011.**

Agência das Bacias PCJ enviou e-mail à CEF comunicando a irregularidade relativa ao prosseguimento da execução sem a cobertura contratual. De igual modo, enviou ofício



Agencia Nacional de Aguas 18-Jan-2012 08:43

*Alin João de Andrade*  
Protocolo-Geral  
Agência Nacional de Aguas



00000.001515/2012-79

ao Tomador, encaminhando o relatório de auditoria enfatizando as recomendações listadas no item 05 do referido documento.




**- Contrato N° 0299.811-16/2009 – Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira – Relatório AUD n° 44/2011 de 29/11/2011.**

Agência das Bacias PCJ enviou e-mail à CEF comunicando a irregularidade relativa à vigência indeterminada do contrato n° 15/2010 celebrado com a empresa N.S. Engenharia Sanitária e Ambiental S/C Ltda, bem como a necessidade de se tomar providências imediatas, visando a conclusão do projeto que apresenta situação de excessiva morosidade. De igual modo, enviou ofício ao Tomador, encaminhando o relatório de auditoria enfatizando as recomendações listadas nos itens 05 e 09 do referido documento.

Sendo o que se apresenta para o momento registramos os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**ADRIANA A. R. V. ISENBURG**  
**Diretora Técnica**

Ilmo. Senhor

**EDMAR DA COSTA BARROS**

Auditoria Interna da Agência Nacional de Águas – ANA

Brasília, DF





**Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais  
(conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da  
DN-TCU-85/2007)**

### **DECLARAÇÃO**

Declaramos para fins de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL, que, no  
exercício de 2011, não existiram Tomadas de Contas Especiais - TCE.

Piracicaba, 05 de Fevereiro de 2012.

  
**SÉRGIO RAZERA**  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO**

**Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**



### **DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins que, no exercício de 2011, não existiram ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades.

Piracicaba, 05 de fevereiro de 2012.

  
**SÉRGIO RAZERA**  
Diretor Administrativo e Financeiro





**Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-18 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)**

### **DECLARAÇÃO**

Declaramos para fins de prestação de contas anual que a entidade não dispõe de cartão de crédito corporativo.

Piracicaba, 05 de fevereiro de 2011.

  
**SÉRGIO RAZERA**  
Diretor Administrativo e Financeiro